

GEOGRAFIAS DO TERRITÓRIO

Elias Coimbra (org.)

GEOGRAFIAS DO TERRITÓRIO

Ponto da Cultura Editora

Coimbra, Elias

Geografias do território. / Elias Coimbra (Org). –

Pg. 108; cm. 22,5.

Ponto da Cultura Editora Ltda. Maricá RJ - 2010

CDD 918.1 – 300.

ISBN: 978-85-61375-.....

1. Geografia. 2. Geografia do Brasil. 3. Sociologia. I.

**FICHA
CATALOGRÁFICA**

Wilma da Silva

**PROJETO GRÁFICO E
CAPA**

Elias Coimbra

REVISÃO DO ORIGINAL – ABNT

Elias Coimbra

DIAGRAMAÇÃO/EDITORIAÇÃO

Mario Stavolta

COMISSÃO CIENTÍFICA

**Evanildo Santos Cardoso (Departamento de Geografia –
UFBA/BA)**

**João Osvaldo Rodrigues Nunes (Departamento de Geografia –
FCT – UNESP/SP)**

**José Antonio Lobo dos Santos (Departamento de Geografia –
UFBA/BA)**

Paulo Bungart Neto (FACALE – UFGD/MS)

**Paulo Roberto Baqueiro Brandão (Departamento de Geografia –
UFBA/BA)**

Paulo Roberto de Almeida (Instituto de História – UFU/MG)

Sérgio Paulo Morais (Instituto de História – UFU/MG)

AGOSTO DE 2010

Sumário

| | |
|--|--------------|
| <i>Apresentação</i> Elias Coimbra | 07 - - 10 |
| <i>A amizade das sombras: interrogando o mundo branco</i> (Prefácio) Jones Dari Goettert | 11 - - 26 |
| <i>A mobilidade humana na contemporaneidade: da multiplicidade em trânsito às novas territorialidades</i> Marcos Leandro Mondardo | 27 - - 46 |
| <i>O território: um debate epistemológico</i> Tulio Barbosa | 47 - - 72 |
| <i>Identificação territorial: perspectivas</i> Robinson Santos Pinheiro | 73 - - 93 |
| <i>Território: especulações sobre o conceito</i> Elias Coimbra | 94 - 108 |

– APRESENTAÇÃO –

Qual é o ato fundador, inaugural, de um livro? Talvez se perguntar por isso: como se começa um livro, seja tão fútil quanto se perguntar como se começa um casamento; ou, porque não, uma amizade! Acaso? Destino? Planejamento? Ou trinta e três vírgula três, três, três por cento (etc), de cada um? De todo modo, o livro é – alguns diriam: “em si” – e, se num capítulo como este aqui, é preciso confessar como ele foi conjurado, quer dizer que podemos (à guisa de uma Inquisição) apontar seus culpados. Essa foi a razão de termos resolvido dar uma pequena explicação, a título de justificativa do nosso livro. Vou contar o que houve e vocês interpretem da maneira que parecer melhor.

Primeiro evento: decidimos sobre o livro enquanto bebíamos cerveja no Bar do Sr. Valdemir (na cidade de Dourados, MS), mais precisamente o Elias, o Robinson e o Aldo Neves – o último tendo desistido da consecução do trabalho no momento mesmo em que o obrigamos a pagar a conta. Em sendo, nós três, geógrafos, não foi difícil construir um consenso acerca do tema; sobretudo depois que o Milton Santos gastou tanto o conceito de Espaço polindo-o “parnasianamente”, que passamos ao conceito seguinte: território – ao menos nos pareceu que o segundo conceito mais importante para a geografia, sobretudo na atualidade, era esse.

Num segundo momento, o título se justificava a medida que concordamos em dividir em sub-temas o tema principal. Assim, Marcos associaria Território e migrações; Tulio associaria Território e política; Robinson Território e identidade social; Elias, por fim, Território e estética. Tivemos ausências consideráveis como, por exemplo, os

pares: Território-economia e Território-filosofia. Não obstante, entendemos, no final das contas, que a economia está presente, além da política, no texto de Tulio e que a filosofia está presente em cada um dos textos aqui contidos – em maior ou menor grau – uma vez que o “esqueminha”, reproduzido nas universidades e nos meios acadêmicos o qual visa repetir *ad nauseam* os mesmos conceitos, métodos, enfim, as mesmas fórmulas, não está presente aqui, em nossos textos – ou o está parcialmente. Daí nosso entendimento da ciência como ideologia, como uma forma específica, histórica e culturalmente determinada, de se produzir o conhecimento. Em última análise, não podendo nos furtar, absolutamente, a essa forma (a científica), sentimos nossa responsabilidade (nosso quinhão) na manutenção do “aparato” ideológico; através de nossa inserção pacífica no meio técnico-científico-informacional.

É notório, por outro lado, no Prefácio (“A amizade das sombras: interrogando o mundo branco”) esse *leitmotiv* filosófico, no sentido criticista, porém não panfletário. Seu autor não se limita a repetir frases-feitas, bordões tradicionais etc, mas se reporta ao mistério da produção ao qual retornamos de tempos em tempos, quando não na *écriture*, ao menos na procriação:

“Chega-se à conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente activo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno, etc. – enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano animal.”¹

¹ MARX, Karl. *Manuscritos económico-filosóficos*. Lisboa: Ed. 70, 1993. P. 162.

Pois, talvez, reduzidos às duas últimas funções, eminentemente criadoras e, portando, ambas ajustadas aos homens de letras – mormente a produção simbólica –, tenhamos preferido não auxiliar às previsões catastróficas de Malthus.

Portanto – e para além do hemisfério irônico da “máquina deste mundo”² – temos para nós que a “redenção” é uma herança judaico-cristã, uma fábula que não precisa ser mais contada; visto que há cada vez menos crianças neste mundo pós-malthusiano. Nos restando somente, assim, senão a subversão completa dos valores – nós e mais quantos? – ao menos a valorização das subversões; sem falar, inclusive, neste jogo de palavras (porque não?).

Terceiro e último ponto: mais do que de onde vem, perguntamos para aonde vai um livro. Na medida em que o título poderia ser invertido para: Territórios da Geografia, não é possível deixar de dizer que um livro é também uma Embaixada³ e como tal, um fenômeno político mais do que meramente “científico”. Sim, político e no sentido prático do termo; e um livro é compulsório ou consentido conforme sua “capa”.

Mas, como um Cavalo de Tróia e na dependência dos materiais de que é feito – o cavalo foi feito da madeira dos próprios barcos gregos; o que foi um ato de extrema ousadia pois, caso falhasse o plano, não haveria como voltar –, o livro é capaz do outro gesto extremo, de política: pôr fim à diplomacia – porém isso sempre se fará,

² Há, nestas aspas, tanto uma denotação ao poema drummondiano (homônimo), quanto uma conotação ao texto de Huxley: *Brave new world*.

³ Entendida a Embaixada como uma representação diplomática de um País no território de outro.

como nesse exemplo homérico, com o auxílio da própria diplomacia.

Dessa forma assumimos o risco de expor o livro, para falar através dele. Assumimos a responsabilidade da incerteza, ou melhor, dos efeitos inumeráveis do livro; mas com grande otimismo – como se, ao findarem-se os livros, declarassem-se as guerras.

**– A AMIZADE DAS SOMBRAS:
INTERROGANDO O MUNDO BRANCO –**

Geografias e histórias – produções de um jeito de ser moderno como saberes e práticas da modernidade-contemporaneidade – têm sido produzidas como meios para a clarificação do Mundo: uma “razão pura”. Inventamos um tempo e inventamos um espaço para nos achegarmos à “luz”, e quanto mais distantes dela menor a possibilidade de nos compreendermos *cogito ergo sum* (“penso, logo existo”). Pensar, por isso, é o que devemos e precisamos fazer. Viver, ah, viver!

Expressões do cartesianismo, o espaço geografizado e o tempo historicizado se contrapõem ao “caos”, à “sombra”, às “trevas”, ao “antigo”. Uma nova ordenação do Mundo a partir dos séculos quinze e dezesseis – por aquilo que viríamos a definir por Modernidade e por Ocidente – tem sua razão produzida por um movimento que é ao mesmo tempo linear-contínuo e rizomático-descontínuo (como metáfora tanto espacial como temporal). Uma ordenação temporal em uma linearidade-continuidade alinhada em “pré-história”, “história antiga”, “história medieval”, “história moderna” e “história contemporânea” (a disposição em modos de produção é apenas uma nomenclatura *nova* para velhos “odres”). Uma ordenação espacial em uma rizomática-descontinuidade desalinhada em “filosofia greco-romana” re-atualizada desde o Renascimento, com a negação de tudo o que se aproximava da “idade das trevas” do medievo, e a ojeriza de tudo o que *se mostra* nebuloso, pouco evidente, daí a luz (Iluminismo) como metáfora de um conhecimento que se quer *plano* e pleno de tudo e de

todos. De uma Europa que descendendo da velha Atenas ascende o Novo Mundo, iluminando as gentes das até então trevas da América, África e Ásia (que de tão “escuras” aparecem apenas como o reflexo da luminosidade que se irradia dos novos cortes do mundo e das novas cortes de uma Europa que é, ela mesma, produto, produção e produtora...). Uma trajetória hegemônica *norteada* pela objetividade-cientificidade-racionalidade do Mundo – “Velho Mundo” –, definindo e impondo um *encontro de estórias-até-agora*⁴ a partir de uma narração da Luz. Nada de subjetividades *decaídas, defeituosas e em decomposição*; nada de “ignorças”⁵; nada de *fantasias, sonhos e imaginações* incontroláveis e descontroláveis... Luz, muita luz!

A “Alegoria da caverna” de Platão nos foi herdada no século quatro antes de Cristo.

“Sócrates: Se, enquanto tivesse a vista confusa [ao voltar para o interior da caverna] – porque bastante tempo se passaria antes que os olhos se afizessem de novo à obscuridade – tivesse ele de dar opinião sobre as sombras e a este respeito entrasse em discussão com os companheiros ainda presos em cadeias, não é certo que os faria rir? Não lhe diriam que, por ter subido à região superior, cegara, que não valera a pena o esforço, e que assim, se alguém quisesse fazer com eles o mesmo e dar-lhes a liberdade, mereceria ser agarrado e morto?

⁴ Em aproximação à ideia de “espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora”. MASSEY, Dorren. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. (p. 29)

⁵ Em empréstimo de Manoel de Barros. *O livro das ignorças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

Glauco: Por certo que o fariam.”⁶

E a paródia de José Saramago em dois mil depois de Cristo.

Cipriano Algor foi fechar a porta do forno, disse, Agora podemos ir-nos. A furgoneta fez a manobra e desceu a ladeira. Chegando à estrada virou à esquerda. Marta chorava com os olhos secos, Isaura abraçava-a, enquanto o Achado se enroscava a um canto do assento por não saber a quem acudir. Alguns quilômetros andados, Marçal disse, Escreverei aos meus pais quando pararmos para almoçar. E logo, dirigindo-se a Isaura e ao sogro, Havia um cartaz, daqueles grandes, na fachada do Centro, são capazes de adivinhar o que ele dizia, perguntou, Não temos idéia, responderam ambos, e então Marçal disse, como se recitasse, BREVEMENTE, ABERTURA AO PÚBLICO DA CAVERNA DE PLATÃO, ATRACÇÃO EXCLUSIVA, ÚNICA NO MUNDO, COMPRE JÁ A SUA ENTRADA.⁷

Para Platão, Sócrates e Glauco, a luta contra as (falsas) crenças, superstições e ignorâncias. Para José Saramago, a luta contra a ideologia (falsa consciência) do mercado, da alienação capitalista. Todos, insistindo que o que vemos não é o que vemos, mas apenas as sombras de um Mundo que *se mostra* pelos cantos, beiradas, margens, enganações e desvios, e escapar da caverna é a única possibilidade de chegarmos à luz verdadeira (porque

⁶ De “O mito da caverna”. Platão. (<http://www.culturabrasil.org/mitodacaverna.htm> [acessado em 21/04/2010]).

⁷ SARAMAGO, José. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (p. 349-350)

dentro da caverna também havia uma luz, a da fogueira), ao conhecimento verdadeiro (porque na caverna também havia um conhecimento, o das sombras), para, enfim, alcançar e abraçar o Mundo verdadeiro (porque o interior da caverna também era um mundo, o mundo da caverna)...

Mas, coloquemo-nos por um breve instante, mesmo que hesitando, no coração daqueles seres de sombras, que, chegando-lhes alguém da “luz” lhes oferecendo a “liberdade”, este seria recebido às gargalhadas e em seguida agarrado e morto (a resposta de Glauco parece-nos tão emblemática como toda a parábola de Sócrates: “Por certo que o fariam”). Mas não haveria outra possibilidade de retorno possível? Por que o fariam, daquele jeito, agarrando-o e matando-o? O fariam “sem pensar”? Agarrado e morto... Estariam aqueles seres, reclusos e se recusariam à liberdade, assim, tão simplesmente? Estariam todos sempre cabisbaixos e presos à hipocrisia mundana e, por isso, meio que *à espera* de um ser iluminado a oferecer-lhes línguas de fogo com em espírito santo? Como interpretavam as próprias sombras? Como se tocavam os dedos sombreados na parede? Como se imaginavam na promiscuidade de imagens se penetrando em um vaivém que devia se tornar, na parede sombreada, um grande filme pornográfico? Nunca riam, aqueles seres? Nunca teria uma pelota de coco caído do coqueiro e rolado pela boca da caverna até aos pés das sombras dos seres, fazendo-os Pelés, Garrinchas, Maradonas e MESSIS? Aliás, lembremos de novo: Sócrates fala que o ser que voltara lhes daria liberdade, e não felicidade... Não eram nem um pouco felizes, aqueles seres de sombras?

“Iluminados e progressistas do mundo, conttenham-se!” O que Platão, Sócrates, Glauco e Saramago insinuam a nós, *seres de sombras*? Que precisamos

de luz? Que a nossa ignorância nos cega ao ponto de não chegarmos nem aos pés da verdade mais verdadeira? Mas que verdade? Que conhecimento, que mundo? Pois, coragem: ousemos imaginar mais: concebamos, por um breve instante, um mundo à imagem e semelhança da luz mais iluminada, de um mundo tão claro como o sol a pino em que a única sombra possível fosse aquela abaixo de nossos pés, e, eretos, não a vissemos jamais. Isto seria possível? Imaginemos... Todas as luzes juntas formariam nada mais nada menos que o próprio nada, pois é só nas “sombras” que as cores se fazem (não é à toa que o arco-íris se forma depois da chuva, da luz sombreada pela água ainda suspensa no ar). O que queremos dizer é também outra coisa: os seres da caverna poderiam aceitar sair todos e viver na luz, mas toda esta luz seria luz em todo lugar e para todos, ou novas sombras dela brotariam como que por acaso ou como que pela simplicidade dialética luz-sombra, sombra-luz? Ou Platão, Sócrates, Glauco e Saramago imaginavam um mundo despido de sombras como um Éden iluminado à espera que todos os pecadores se redimissem, e ali se dessem as mãos e festejassem a verdade ao redor de fogueiras que não queimam mas que só iluminam? E sobre todos os seres, agora iluminados, um Deus?

E nos perguntamos, ainda: afinal, qual o lugar escolhido por Platão, Sócrates, Glauco e Saramago no mundo da luz? Na luz? Se todo lugar é luz e sombra, inevitavelmente, parece se construir uma terceira margem entre ou sobre o “mundo da caverna” e o “mundo da liberdade”: aquela da observação, da análise, da racionalidade, do método científico, da calculabilidade da desordem para a construção de uma ordem... E assim por diante. E o que vale para Platão, Sócrates, Glauco e Saramago também parece valer para cada um de nós: nem as sombras e nem a luz: ansiamos por uma terceira

margem: não queremos permanecer na sombra, mas também não desejamos *ad infinitum*, depois de chegar, permanecer na luz: o que queremos é a condição divina, ser Deus, Aquele que criou e define o jogo entre a escuridão e a luz, entre sombra e “mundo das idéias”. Em outras palavras: manipular é o que queremos... Até porque, se todos os seres – antes nas sombras – chegarem à luz, o jogo não quer e não vai parar, fazendo com que da luz outras sombras se formem, *para todo o sempre*.

Não a sombra. Luz.

Não a loucura. Razão.

Não a dúvida. Certeza.

Não a ignorância. Conhecimento.

Não a mentira. Verdade.

Não a imaginação. Real.

Não a fantasia. Concreto.

Não a estase. Movimento.

Não ao descontrole. Ordem.

Não a crença. Ciência.

Não ao sonho. Cais.

Não a imobilidade. Evolução.

Não a “desidentidade”. Nome.

Não a desmaterialização. Sólido.

Não a amizade. Acumulação.

Não...

A luz.

À luz toda certeza, todo conhecimento, toda verdade, todo real, todo concreto, todo movimento dentro da ordem, toda ciência, todo cais, toda evolução,

todo nome, toda solidez em processos de acumulação: da acumulação da luz depois da saída da caverna à acumulação de capital depois de tudo e de todos desmancharem seus sonhos, ajuntarem suas sombras, matarem suas ignorâncias, expulsarem suas mentiras, esquecerem suas fantasias, fazerem-se sempre movimento, descreverem de tudo o que não for progresso, evoluírem para a luz plena e gozarem dos prazeres da emulação do dinheiro... “O fim da história e o último homem”... A catarse impossível.

Assumamos a nossa condição, então, não de deuses ou de Deus, com minúsculas ou maiúsculas, pouco importa, mas de humanas mulheres e de homens humanos que somos, nada mais que isso, nada mais que o “fato social” simples de que todo “espírito absoluto” é apenas (repetimos: apenas) mais uma sombra, uma ignorância, uma mentira, uma imaginação, uma fantasia, um descontrole, uma crença, um sonho... e que, talvez, a carta imaginada de uma menina imaginada a nos escrever sobre seus amores imaginados grude em nosso ser, humano ser, como a coisa mais bela que um dia sonhamos, imaginamos, fantasiemos... e que nada, *absolutamente nada*, irá iluminar, asseverar, afirmar, realizar ou ordenar o contrário... e pronto, *quem julgar que é preciso muito mais, engana-se*⁸.

Porque toda luz, razão, certeza, conhecimento, verdade, realidade, concreção, movimento, ordem, ciência, estase, evolução, toponímia, solidez e acumulação tenderam e tendem, como certa *inevitabilidade* “mundana/transcendental”, a conduzir tudo e todos ao futuro idilicamente projetado. Mas, se não quisermos o futuro e sim apenas (repetimos: apenas) a felicidade?

⁸ Da poesia de José Saramago. *Levantado do chão*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Porque, talvez, *o que importa não é a duração, mas a qualidade da vida*⁹ (atenção: *qualidade da vida*, e não *qualidade de vida*). Seguimos Epicuro: “Nunca devemos nos esquecer de que o futuro não é nem totalmente nosso, nem totalmente não-nosso, para não sermos obrigados a esperá-lo como se estivesse por vir com toda a certeza, nem nos desesperarmos como se não estivesse por vir jamais”¹⁰.

Quantos “jardins de Epicuro” já construímos, inventamos, imaginamos, sonhamos, vivemos? Nenhum?

“[...] dentre os desejos, há os que são naturais e os que são inúteis; dentre os naturais, há uns que são necessários e outros, apenas naturais; dentre os necessários; há alguns que são fundamentais para a felicidade, outros, para o bem-estar corporal, outros, ainda, para a própria vida. E o conhecimento seguro dos desejos leva a direcionar toda escolha e toda recusa para a saúde do corpo e para a serenidade do espírito, visto que esta é a finalidade da vida feliz: em razão desse fim praticamos todas as nossas ações, para nos afastarmos da dor e do medo.”¹¹

Epicuro entra em choque com filósofos platônicos... Escreve a “Carta sobre a felicidade (a Meneceu)” nas primeiras décadas do século três antes de Cristo. Em nosso “mundo das idéias” ou “mundo das luzes” ou “mundo da razão” ou “mundo da acumulação”, a “mundanidade” de Epicuro não tem lugar. A

⁹ Em texto de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore na Apresentação da “Carta sobre a felicidade (a Meneceu)”. Epicuro. *Carta sobre a felicidade (a Meneceu)*. São Paulo: EdUNESP, 2002. (p. 15)

¹⁰ Epicuro. *Carta sobre a felicidade (a Meneceu)*... (p. 33)

¹¹ *Idem*, p. 35.

mundanidade, *mundo demasiadamente mundo*, que se quer na vida amiga feita amigas e amigos, dos prazeres da carne e dos prazeres da poesia, de todos os “vinhos” do mundo a fazer da vida a amizade como a de um de jardineiro à terra, plantas e flores, sem hierarquia entre quem cuida e quem é cuidado... Pois “a amizade é destruída quando a semelhança entre pares é substituída pela hierarquia que separa superiores e inferiores. Virtude essencialmente humana, a amizade não pode existir em Deus, no rei ou no tirano”¹². Sem amizade, nenhum prazer parece possível; é claro, além *daquele* do pensar *cogito ergo sum*.

*

“NÃO: Não quero nada.
Já disse que não quero nada. //
Não me venham com conclusões!
A única conclusão é morrer.//
Não me tragam estéticas!
Não me falem em moral!
Tirem-me daqui a metafísica!
Não me apregoem sistemas completos, não me
enfileirem conquistas
Das ciências (das ciências, Deus meu, das
ciências!) —
Das ciências, das artes, da civilização
moderna!//
Que mal fiz eu aos deuses todos?//
Se têm a verdade, guardem-na!//
Sou um técnico, mas tenho técnica só dentro da
técnica.

¹² CHAUI, Marilena. Amizade, recusa do servir. In: LA BOÉTIE, Etienne de. *Discurso da servidão voluntária*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 173-239. (p. 202)

Fora disso sou doido, com todo o direito a sê-lo.
Com todo o direito a sê-lo, ouviram? [...].”¹³

Álvaro de Campos ou Fernando Pessoa, ou “Álvaro Pessoa” ou “Fernando Campos” (são tantos nomes, tantos heterônimos, anônimos, pseudônimos, loucos, doidos...) revisita Lisboa em mil novecentos e vinte e três. Não quer nada. Nem conclusões, nem estéticas e nem morais, nem metafísicas e nem sistemas completos, nem conquistas científicas, nem artes modernas e nem processos civilizadores... e nem a verdade, ou nem as verdades todas. A técnica? Só quando técnico, pois fora dela é “doido, com todo o direito a sê-lo”. *Ouviram?*

O *ser* Poeta (é) *ser* Pessoa duvida de tudo o que é ordenado, indaga todas as conclusões e perscruta a (ou à) margem: “sou doido”. Porque todas as loucuras e doideiras foram, junto à Modernidade, escanteadas como o são todos os sujeitos enlouquecidos e doidos. Talvez nem sejam loucos ou doidos, mas quando espiados junto à contraluz, seus traços ignóbeis fazem surgir sombras horripilantes, como se selvagens fossem...

A Modernidade fez nascer uma identidade. Nada de antigos, nem medievos, nem felás, nem escravos... Modernos é o que somos. Nada de selvageria, loucura ou doideira. O “processo civilizador”¹⁴ moderno instaura uma identidade pressupondo, ainda em seus movimentos originais sociogenéticos e psicogenéticos, que todo humano só o é na medida em que for almado... E de uma alma específica: a branca, branquíssima, aquela que se

¹³ De “Lisbon Revisited”, de Álvaro de Campos/Fernando Pessoa, 1923.

¹⁴ Em referência a Norbert Elias. *O processo civilizador*. V. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993; e *O processo civilizador*. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

achega à luz e por ela é dominada (como os insetos da noite que em torno da lamparina da canoa rodeiam e rodeiam, até se perderem às voltas caindo na água e depois possuídas por um dourado – da luz de cima para o dourado de baixo).

“Que infâmia ser negro neste mundo!

Não são os negros homens?

Têm eles por isso uma alma mais vil, mais desajeitada, mais feia?

E por isso ganham apelidos

Levanto-me pesado sob a infâmia da minha cor
e afirmo minha coragem ao mundo...

É tão desprezível ser negro?”¹⁵

A identidade moderna *cria* o “moderno”... e o seu “Outro”, que vai, de tempos em tempos e de lugares em lugares, tomando nova cor, novo jeito e novos *defeitos*. Na Europa de meados do século vinte e nas colônias européias fora dela: “O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca”... “a sociedade branca – baseada em mitos: progresso, civilização, liberalismo, educação, luz, refinamento”... Novamente a luz em contraste

¹⁵ Frantz Fanon citando Lope de Veja pela voz do preto Juan de Mérida. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008. (p. 178)

com a sombra. Novamente a caverna: “Quando desço vejo cavernas, grutas onde dançam os selvagens”¹⁶...

O preto infalivelmente permanece no seu canto. Na Europa, o preto tem uma função: representar os sentimentos inferiores, as más tendências, o lado obscuro da alma. No inconsciente coletivo do *homo occidentalis*, o preto, ou melhor, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome. Todas as aves de rapina são negras”.¹⁷

Deixem-me desalmado... com todo o direito a sê-lo...

Os processos de identificação/diferenciação modernos, como dolorosamente apresentados por Fanon, precisam ser radicalmente minados por processos de “desidentificação/des-diferenciação”. Apenas negamos, rejeitamos, abominamos, ameaçamos e explodimos a “luz” quando assumimos que a plenitude da “luz” é tão absurda como a tentativa caricatural de pressupor que umas gentes têm alma e outras não (se sobre a Terra apenas reinasse a luz, *territorium ad infinitum*, já estaríamos todos mortos de tanto trabalhar, labutando desde “o primeiro ao último raio de sol”!). E sejamos radicais, *apenas*: por que devemos ter *uma* alma? E ainda mais, uma “alma branca”?

Por que devemos ser modernos, civilizados, ordeiros, trabalhadores, progressistas, liberais, educados, iluminados e refinados? Por quê? Aceitar os pressupostos de existência do “Outro” é, ou *aceitar* a nossa condição de superior (“branco”) ou *aceitar* a nossa condição de inferior (negro, índio, judeu, árabe, camponês, migrante pobre, estrangeiro indocumentado...). Distratar o contrato

¹⁶ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas...* (p. 160, 164 e 161)

¹⁷ *Idem*, p. 161.

imposto... e nem assinado, pois éramos – e *somos* – todos analfabetos das coisas, filosofias, epistemologias, artes, culturas, éticas e estéticas modernas. Distratar o que nunca assinamos e que *assumimos* (?) como nosso: se negros e índios e caboclos e aleijados e doidos e loucos não tinham alma antes de pensar *em* alma pensada e falada pelos europeus, por que deveriam ter agora, depois? Se a condição para nos tornarmos “brancos” é, primeira, ser um *ser alçado*, que sejamos, então e por isso, eternamente desalçados. *Ouviram?*

Se a liberdade é branca, se o paraíso é iluminado e se a eternidade é o reino dos “bons”, então que continuemos “presos”, nas “sombras” e que tenhamos a *humildade* em ser apenas seres em trânsito. Uma transitividade que permita se chegar à “luz”, mas que não seja preciso se aproximar dela *ad extremum* porque a luminosidade excessiva também cega, podendo fazer com que deliremos ao ponto de nem perceber que as sombras – aquelas das mangueiras para as redes de deitar – sumiram, desapareceram. (E não queiramos ser mais perfeitos que o “criador da perfeição”... ou: não queiramos ser mais brancos que os próprios brancos.)

Assumamos, definitivamente, que a identidade e a diferença são apenas reais quando delas fazemos a nossa existência. Fora disso somos *nós* mesmos, e ser nós mesmos é ser o “mundo inteiro” com as suas contradições, conflitos, tensões, idiosincrasias e *divisões*. E isso não requer que caiamos nas armadilhas de um “id” sempre pronto a fazer de nós apenas mais um momento de seus desejos; ao contrário, requer que indaguemos, afinal e *simplesmente*, juntos com Stuart Hall, “Quem precisa da identidade?” Em referência a Butler, Hall aponta que “todas as identidades funcionam por meio da exclusão, por meio da construção discursiva de um

exterior constitutivo e da produção de sujeitos abjetos e marginalizados, aparentemente fora do campo do simbólico, do representável”¹⁸. Sujeitos nas e das margens; margens, portanto... De territórios e territorialidades *marginais, abjetos e abjetas*, mas nem por isso destituídos de humanidade... e de balbucios de inumanidade.

É preciso, urgente e necessário, assim, seguir a margem. Emergir “do movimento liminar da cultura”, “na renegociação daqueles tempos, termos e tradições, através dos quais convertemos nossa contemporaneidade incerta e passageira em signos da história”¹⁹.

Seguir *as margens dos rastros* ou *os rastros das margens...* se ainda existirem, se ainda *estiverem lá*, se ainda forem possíveis de serem seguidas e seguidos...

Atravemo-nos a atravessar os centros e suas margens.

Atravessar a travessia. (Sobre o *lado de lá*, nada sabemos. Que possamos, ao menos, imaginar outras, novas e transgressoras imaginações... Imaginar é preciso. Viver...)

A TRAVESSIA

Passava da meia-noite. O rio tinha subido, as águas rápidas e negras, serpenteando para o mar, levando com elas o céu noturno e nublado, a fronde de uma palmeira inteira, parte de uma cerca de palha e outros presentes que o vento tinha lhe dado.

¹⁸ HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 103-133. (p. 129)

¹⁹ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte. EdUFMG, 1998. (p. 218-219).

Rapidamente a chuva diminuiu até virar uma garoa, e parou. O vento sacudiu a água das árvores e durante algum tempo só choveu debaixo das árvores, onde antes era abrigo.

Um luar fraco, aquoso, filtrou-se das nuvens e revelou um jovem sentado no primeiro dos treze degraus que levavam para a água. Ele estava muito quieto, muito molhado. Muito jovem. Logo depois, se pôs de pé, despiu o *mundu* branco que estava usando, torceu o pano para tirar a água e enrolou-o na cabeça, como um turbante. Nu, desceu os treze degraus de pedra até a água e continuou até onde o rio batia no peito. Depois, começou a nadar com braçadas fáceis, fortes, indo na direção onde a corrente era rápida e direta, onde começava o Fundo Mesmo. O rio enluarado pendia de seus braços como mangas de prata. Levou alguns minutos para fazer a travessia. Quando chegou ao outro lado, emergiu, reluzente, e subiu para a margem, negro como a noite que o cercava, negro como a água que tinha atravessado.

Entrou na trilha que atravessava o pântano na direção da Casa da História.

Ele não deixava ondulações na água.

Nem pegadas na praia.

Levava o *mundu* estendido acima da cabeça para secar. O vento o enfunava como uma vela de navio. Ele estava subitamente alegre. *As coisas vão piorar*, pensou consigo mesmo. *Depois melhorar*. Estava andando depressa agora, na direção do Coração das Trevas. Sozinho como um lobo.

“O Deus da Perda.

O Deus das Pequenas Coisas.

Nu, a não ser pelo esmalte das unhas.”²⁰

É assim.

Despir o *mundo* branco.

Ir ao *Fundo Mesmo*.

Emergir e subir para a margem.

Jardins...

Para o *Coração das Sombras*.

Às pequenas coisas da caverna.

Às amigas e aos amigos.

Nu.

Nus.

²⁰ ROY, Arundhati. *O deus das pequenas coisas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. (p. 298-299)

**– A MOBILIDADE HUMANA NA
CONTEMPORANEIDADE: DA
MULTIPLICIDADE EM TRÂNSITO ÀS NOVAS
TERRITORIALIDADES –**

Marcos Leandro Mondardo (Professor Assistente)
Univ. Fed. da Bahia – UFBA, Campus de Barreiras
marcosmondardo@yahoo.com.br

*“Pareço uma dessas árvores que se transplantam,
têm má saúde no país novo, mas que morrem, se
voltam à terra natal.”*

Miguel Torga

In: Abreu (1996) - Estranhos Estrangeiros

Vivemos num mundo que se move intensamente, cuja marca do presente, da “pós-modernidade” (Lyotard, 1986), e/ou do “pós-colonialismo” (Mignolo, 2003; Hall, 2003), é a “arte de viver na fronteira” (Bhabha, 1998), geradora de hibridizações ou “culturas híbridas” (Canclini, 2003), pois, hoje, “todas as culturas são de fronteira”, “todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes” sendo que as culturas e as pessoas perderam a relação “exclusiva” com seu território, mas ganharam em comunicação, inter-relação, conhecimento e, por extensão, entrecruzamentos.

Num momento de crise, ou, de mudança, proliferam vários “pós” para buscar respostas em relação

às mutações, mas, efetivamente em relação à mobilidade humana e o território, à geografia, o que de novo estaria emergindo através do processo de globalização com a “compressão tempo-espaço” (Harvey, 1999), ou, por outro caminho geográfico, com o “alongamento espaço-temporal” (Giddens, 1991)? Se, a dimensão espacial está sendo transformada com a globalização, como na mobilidade humana – com a intensificação do movimento, do contato entre diferentes culturas, das trocas (Bauman, 1999), e dos processos de hibridização (Canclini, 2003) –, tem-se produzido *novas territorialidades*?

Nessa direção, queremos demonstrar aqui como esses processos de “hibridização”, “da arte de viver na fronteira”, estão presentes também, como nunca, na mobilidade humana contemporânea. Assim, iremos desdobrar “dois processos” inter-relacionados que são: a multiplicidade cultural em trânsito no contexto do espaço liminar, transfronteiriço e intersticial; e, a partir dessa multiplicidade, como se produzem novas territorialidades que se configuram no interior da transitoriedade identitária como possíveis multi e transterritorialidades, especialmente, nos movimentos migratórios. Ressaltamos que essas proposições analíticas compreendem o espaço como permanentemente “aberto”, como *possibilidade* (Massey, 2004), e que se apresentam no momento atual em um terreno que é ao mesmo tempo fértil e ambivalente pela complexidade que se apresenta.

Mobilidade humana, “compressão tempo-espaço” e hibridizações

Com as transformações que ocorreram no mundo a partir da década de 1970, especialmente com a mudança do regime de acumulação fordista para o de acumulação

flexível, muitas mutações ocorreram, sendo resultado de um conturbado processo de reestruturação produtiva e política e de “ajustamento” social e cultural dos Estados-Nações, das populações e das relações de contato, de entrecruzamento e de alteridade entre culturas que se tornaram mais intensas, “próximas” e contrastantes entre os sujeitos, grupos e/ou classes sociais e as organizações.

Nesse contexto é que se desencadeia, de maneira avassaladora, a globalização, compreendida, aqui, pelos processos das mais variadas matrizes (sociais, econômicas, políticas, culturais) que conectam amplas e variadas escalas e parcelas da população em todo o mundo de forma seletiva e desigual (Santos, 2005). São processos “desterritorializantes” que aparentemente “diluem” as fronteiras e que têm no capital financeiro sua força e magnitude. Logo, o mundo contemporâneo vive sob a conjunção, entre outras, de duas linhas de força de aparências contraditórias, mas, em verdade, complementares e contrastantes: a globalização e a localização.

Isso é resultado do que Harvey (1999) denomina de “compressão espaço-temporal” para indicar as intensas e velozes transformações pelas quais passa o mundo após a segunda metade do século passado (1950), especialmente, em função da maior e mais rápida circulação de mercadorias e de pessoas, embora, esta última esteja condicionada, também, às restrições, contenções e controles dos deslocamentos. Assim, essas transformações que o mundo vem passando na contemporaneidade estão ocasionando “um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural” (Harvey, 1999, p. 257).

Para Massey (2000, p. 177), vivemos “numa época em que as coisas estão se acelerando e se disseminando” ocorrendo a “aceleração” do tempo e a “disseminação” no espaço dos meios informativos e dos processos de comunicação afetando e influenciando nossas experiências individuais/coletivas:

“A noção (idealizada) de uma época em que os lugares eram (supostamente) habitados por comunidades coerentes e homogêneas é contraposta à fragmentação e ruptura atuais... A compressão do tempo-espaço refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso.” (Massey, 2000, p. 178)

Contraditória e complementarmente, portanto, estão sendo delineados movimentos de homogeneização e de fragmentação no mundo contemporâneo (Santos, 2000), de relações que supõem a superação das diferenças pela igualdade dos gostos e do consumo que, ao contrário, fortalece e/ou evidencia a diferença; diferença cultural e diferença de projetos, de renda, de condições de desenvolvimento humano, dentre outros. Circunscrevem com a globalização, movimentos de “localização”, os chamados “glocalismos” ou “globalização particularizadora”. Por “localização”, em uma primeira aproximação, compreendemos os movimentos individuais e/ou coletivos que procuram valorizar ou até mesmo revalorizar seus lugares de pertença, afirmando os lugares com a identidade social e/ou territorial (Haesbaert, 1999). São movimentos, portanto, de territorialização ou de reterritorialização através das relações de apego e afetividade ao território, frente os movimentos de homogeneização das relações sociais.

Entre as inúmeras tramas de relações sociais produzidas pela interação entre estas duas linhas de força, podemos destacar os movimentos migratórios e a formação de *culturas híbridas* – até porque esses processos são profundamente inter-relacionados. Portanto, uma marca diferencial dos movimentos migratórios, de transitividade de pessoas por Estados, municípios, por organizações, enfim, pelos mais variados lugares e relações nos dias de hoje é a das tecnologias de transporte que possibilitam cruzar todo o planeta em questão de horas “massificando” as viagens (não de maneira igual para todos). Outra diferença vem das tecnologias de comunicação/informação que permitem aos homens, mulheres e crianças se transportarem, não fisicamente, mas virtualmente, em busca de *sites* através do ciberespaço (Lévy, 1999).

É portanto, inserido nesse contexto que Canclini (2003, p. 17) considera que os processos de hibridação transformaram a forma de compreensão da sociedade. Os processos de hibridação modificaram o modo de ver, falar e pensar “sobre identidade, cultura, diferença, desigualdade, multiculturalismo e sobre pares organizadores dos conflitos nas ciências sociais: tradição-modernidade, norte-sul, local-global” e, também, podemos acrescentar, sobre os movimentos migratórios.

Com isso, a partir das transformações e do maior entrecruzamento de mercadorias e, por extensão, de pessoas, de cultura e de relações pelo mundo “adentro” e “afora” houve a necessidade de repensar as identidades a partir dos processos de hibridação que, Canclini (2003, p. 19, [grifos totais do autor]) compreende por “*processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas*”. E, para o autor “as estruturas

chamadas discretas formam resultados de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras”, isto é, através dos processos cotidianos, das relações de contato em diferentes grupos, classes e culturas é que se reproduzem o contraste e a alteridade. Essas relações produzem multiterritorialidades (Haesbaert, 2006) e multiculturalidades de tempos e de espaços que são contemporâneos, que coexistem, não de forma harmoniosa, com desigualdades de grau e de natureza, isto é, com desigualdades sociais (de classe, sobretudo, econômica), e de diferentes formas/relações de apropriação da natureza e de significação dos lugares e das relações por onde territorializam e/ou se re-territorializam os sujeitos, grupos e/ou classes sociais.

Com o conceito de cultura híbrida, Canclini (2003), nos permite construir uma visão transdisciplinar, para compreender os espaços fronteiros, liminares, entre as divisões do espaço cultural, nos quais estão justapostos e *entrecruzados*, pois:

“Assim como não funciona a oposição abrupta entre o tradicional e o moderno, o culto, o popular e o massivo não estão onde estamos habituados encontrá-los. É necessário demolir essa divisão em três pavimentos, essa concepção em camadas do mundo da cultura e averiguar se sua hibridização pode ser lida com as ferramentas das disciplinas que os estudam separadamente: a história da arte e a literatura que se ocupam do “culto”; folclore e a antropologia, consagrados ao popular; os trabalhos sobre comunicação, especializados na cultura massiva. Precisamos de ciências sociais nômades, capazes de circular pelas escadas que ligam esses pavimentos. Ou melhor: que redesenhem esses planos e comuniquem os níveis horizontalmente.” (CANCLINI, 2003, p. 19)

Através dos deslocamentos espaciais da população o que ocorre, mais do que mudanças físicas ou virtuais, são descentramentos de sujeitos, de culturas e de modos de vida; são mudanças que transformam o sujeito num *ser* trans-locado, num *ser transterritorial* (e de múltiplos pertencimentos?), sentimentos e de territórios que são construídos e/ou transpassados no dia-a-dia da metrópole, das diversidades de grupos, das novas tribos da cidade apontado, por exemplo, por Maffesoli (1987). Já não temos a certeza do lugar de onde falamos. É a este sentimento que Stuart Hall (2003) descreve a “diáspora” e, no limite, que Said (2003) aponta como uma condição de exílio. A diáspora se relaciona, originalmente, à dispersão de um povo por lugares distantes ao seu de origem. Mas, contemporaneamente, diáspora não se refere necessariamente às migrações de longa distância, de um país a outro, de um continente a outro. O movimento pode “ser breve”, de um município para o outro, de um lugar para outro lugar. O que define essa condição “diaspórica” são as diferentes relações culturais, sociais e políticas (de poder) entre o aqui e o lá, que confere ao migrante um “viver no limite” (Haesbaert, 2006), ou de entre-lugar (Bhabha, 1998), produto e produtor de hibridizações através dos encontros, confrontos, contrastes entre identidades, entre etnias, entre diferentes modos de viver e fazer a vida, cotidiana e historicamente.

Nesse âmbito, quanto aos modos de vida experimentados por pessoas em situação de exílio, Edward Said explica que:

“Para o exilado, os hábitos de vida, expressão ou atividade no novo ambiente ocorrem inevitavelmente contra o pano de fundo da

memória dessas coisas em outro ambiente. Assim ambos os ambientes são vívidos, reais, ocorrem juntos como no contraponto. Há um prazer específico nesse tipo de apreensão, em especial se o exilado está consciente de outras justaposições contrapontísticas que reduzem o julgamento ortodoxo e elevam a simpatia compreensiva.” (Said, 2001, p. 59)

Assim, com a globalização todos parecemos “não se sentir em casa”; o mundo parece ter se tornado estranho, os sujeitos se tornam estrangeiros nos seus “próprios lugares”, e algumas pessoas tornam-se sujeitos multi e transterritoriais (exemplarmente, o caso dos migrantes) através dos processos de entrecruzamentos de culturas, de linhas de forças que se sobrepõem e se articulam nos processos de hibridizações e, por extensão, da tensão que produz e é produzida no amálgama de territórios e de culturas, no passar, criar, recriar e até mesmo destruir territórios, culturas e relações sociais (sempre como possibilidade).

Observa-se que o mundo está sendo cada vez mais marcado por fluxos contínuos e intensos; por *trânsitos* materiais e imateriais acelerados de informações, pessoas e de mercadorias. Claro que esta mobilidade não se dá sem conflitos e nem de forma irrestrita e igual para todos os sujeitos e para as suas relações. Se os turistas, os trabalhadores qualificados e os investidores *podem* ser bem recebidos em terras estrangeiras, o mesmo não se pode dizer dos homens e das mulheres trabalhadores que, sem condição de permanecerem em seus lugares de pertença, têm que migrar para centros econômicos e tecnologicamente mais desenvolvidos, dentro ou fora de seus países, em busca de oportunidades de trabalho, ou simplesmente, como ocorre na maioria dos casos, de sobrevivência. Para estes sujeitos ou grupos, a condição de

ser migrante significa, na maioria das vezes, “exclusões” e precarizações materiais e simbólicas; cotidianos marcados por preconceitos, indiferenças, hostilidades – mesmo que, como mão-de-obra barata, sejam imprescindíveis à produção. Daí que estes trabalhadores vivam na corda bamba entre uma integração e re-territorialização funcional, sempre parcial e relativa à sociedade “englobante” e a ameaça constante de expulsão, da restrição, do xenofobismo e heterofobismo.

Assim, migram junto com os homens e as mulheres suas culturas, suas diferenças, suas identidades. De modo que, se não podemos dizer que exista cultura pura, pois todas elas resultam de cruzamentos mais ou menos intensos umas com outras (Hall, 2003), é inegável que as tecnologias de transporte e de comunicação potencializam as interações culturais por todo o globo de maneira mais intensa no período atual pelas “aproximações” e “distanciamentos”. Assim, fica cada vez mais difícil operarmos com a idéia de cultura local arraigada em seus valores tradicionais, imunes, ou quase, aos contatos e influências de culturas exógenas, exteriores aos contextos e escalas amplas da sociedade e, portanto, do mundo no seu movimento global(izado).

A esta mistura de referentes culturais e vínculos espaciais originam-se novas matrizes simbólicas que, teóricos como Canclini (2003), Bhabha (1998) e Hall (2003) vêm denominando de “hibridação da cultura” ou de “culturas híbridas”, pois, estão em contato com bens simbólicos desterritorializados pelo mercado, as culturas tradicionais, populares, étnicas, locais, regionais, nacionais, enfim, toda aquela estrutura de sentimento e de sentido, de significado e de significantes marcada por seu lugar de pertença que, passa a partir do movimento intenso de contato de culturas, a negociar/traduzir suas expressões e

se transformar em algo que não é propriamente nem um, nem outro, mas um híbrido e, por extensão, um “entre-lugar” (conforme acepção de Bhabha, 1998).

Contudo, como questiona Canclini (2003, p. 22), “Como a hibridação funde estruturas ou práticas sociais discretas para gerar novas estruturas e novas práticas?” Para o autor, isso ocorre, às vezes, de modo não planejado ou é “resultado imprevisto de processos migratórios, turísticos e de intercâmbio econômico ou comunicacional”. Mas, segundo ele, “freqüentemente a hibridação surge da criatividade individual e coletiva”. “Não só nas artes, mas também na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico. Busca-se *reconverter* um patrimônio (uma fábrica, uma capacitação profissional, um conjunto de saberes e técnicas) para reinseri-lo em novas condições de produção e mercado” (p. 22).

Assim, através dos processos de hibridação, os sujeitos, migrantes ou não, não seriam os mesmos; tornaram-se sujeitos formados pelo processo de apreensão de novas culturas, de novos processos tecnológicos, de novas crenças, valores e visões de mundo que podem romper, parcial ou “totalmente”, com o universo cultural anterior, ou, podem – através do contato e do contraste – fortalecer as visões de mundo até então praticadas. As relações desencadeadas pelos processos de hibridização são complexas na medida em que criam um sujeito novo, transterritorial, portador de um “terceiro espaço” (Bhabha, 1998), com uma estrutura espacial tripla, de um espaço que fica no *entrelugar* das relações sociais entre distintos lugares.

O sujeito híbrido é, desse modo, multi e transterritorial, *transita* entre vários territórios, construindo e destruindo territórios e/ou transpassando por várias relações, por vários territórios, identidades e culturas diversas. Como considera Deleuze (2006), a diversidade

como diferença aumenta a potência de questionamento das coisas em si – ela própria aberta à mudança, alteração, diversificação, diferenciação – pois vai além de responder a simples oposições dadas. As identidades transitam entre ocupação e passagem, entre permanência e efemeridade, mudando também a concepção de espaço condicionado às relações e ao comportamento humano, estendendo seus limites através de novas possibilidades.

Neste contexto, tendo como pano de fundo esta confluência do global com o local, mais especificamente os processos migratórios e de hibridação cultural, o que interessa apreender – através do processo de multi e transterritorialidades – são os processos de subjetivação dos sujeitos que migram para outros lugares e se deparam com novas relações políticas, econômicas e culturais. Assim, o migrante fica deslocado do seu lugar de pertença, onde viveu períodos consideráveis de um tempo e de um espaço (no lugar de origem) e passa a viver – após a migração – outro espaço e outro tempo, construindo um novo território e transitando por novas relações sociais, criando novas territorialidades e perpassando por múltiplos territórios através do processo – múltiplo, liminar e transfronteiriço – de transterritorialização.

A partir da migração, o universo simbólico e cultural tem que passar por uma re-organização, pois, os sujeitos saídos de um território marcado por uma cultura tradicional e/ou diferente do novo lugar têm que reconstruir e re-significar suas relações sociais e suas referências espaciais no contato com uma nova cultura, com múltiplos outros territórios até então “desconhecidos”. Os migrantes, por exemplo, que se deslocam de pequenas para grandes cidades, as metrópoles, se deparam com um contexto onde predomina a “implosão de sentido”, por conta do excesso

de tudo: informação, publicidade, mercadorias, consumidores em uma “precessão de simulacros” (Baudrillard, 1991).

Imersos neste novo meio geográfico, urbano-industrial e inflacionado de signos, os migrantes têm que negociar as referências espaciais (materiais e simbólicas) que trazem de sua terra natal com os novos valores simbólicos e materiais que se impõem. E o fazem por muitos anos, através do processo de re-territorialização. Através da re-territorialização de valores, de costumes e de maneiras de se relacionar com o outro, de traduzir o outro (Hall, 2003), os migrantes em um meio geográfico e histórico novo, negociam suas relações num processo amplo de re-significação territorial que compreende os aspectos culturais, políticos e econômicos.

Ford (1999) considera que os migrantes passam por um processo metafórico a partir de uma pluralidade cultural, a multiplicidade que produz “efeitos complexos e contraditórios”; que, ao contrário de uma transnacionalização única, gera “diferentes efeitos ou redes de transnacionalização. Várias transnacionalizações” (FORD, 1999, p. 66). Ou seja, não significa que o migrante assimile os novos referentes culturais, mas, significa que o migrante irá transitar por diferentes contextos histórico-geográficos, em uma cidade, com um universo cultural amplo e diversificado. O migrante, logo irá transitar e criar uma territorialidade trans-territorial pela *possibilidade* de compartilhar múltiplos territórios – criando uma multiterritorialidade – e, a partir daí, assimilar e tencionar em diferentes graus, aspectos diferentes de relações que se criam e re-criam, que se entrecruzam e se estabelecem através das redes de relações sociais cada vez mais complexas.

Como considera Jesús Martín-Barbero (1997), as leituras das informações dependem das mediações

presentes nos múltiplos territórios que o migrante transita, da singularidade de suas experiências a partir dos múltiplos territórios que se articulam e se sobrepõem. O que leva os migrantes a novas negociações, às novas territorializações e ao constante processo de transterritorialização, isto é, ao processo de convergência de múltiplas territorialidades (diferenciadas, desiguais e seletivas) na centralidade e na influência, e na alteridade que cada indivíduo irá constituir na sua re-construção identitária, na sua re-territorialização.

Por isso, o migrante não é um sujeito “totalmente” desterritorializado. Se ele não ocupa um território simbólico bem definido, ocupa, por certo, uma condição de fronteira (Mondardo, 2009). Assim, os conflitos, na maioria das vezes, se ampliam para quem perde o chão familiar e vê-se de alguma forma obrigado a caminhar, a deixar física e simbolicamente a origem. Bhabha nos fala da sensação de distúrbio de direção e da necessidade da construção de referenciais materiais e simbólicos, de desorganização por se viver hoje nas “fronteiras do ‘presente’”: um “além”, um “entre-lugar”, pois estamos em um “*momento de trânsito* em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão” (Bhabha, 1998, p. 19, [grifos nossos]). As perguntas as quais é necessário ser compreendidas são: Como se formam os sujeitos nos “entre-lugares”? Como formulam estratégias de representação e/ou aquisição de poder, de negociação e de re-significação territorial e cultural no lugar de destino da migração?

Com a globalização e os processos de hibridação o migrante se torna um sujeito fronteiriço, no liminar de culturas distintas e de múltiplos territórios pelos quais

transpassa. Os migrantes da classe trabalhadora (mas não só dela), são sujeitos que mais do que nunca estão em estado de “subalternidade” e que experimentam o movimento concomitantemente e, em múltiplas dimensões, de desterritorialização e reterritorialização do mundo contemporâneo. Esses sujeitos constroem, a partir das múltiplas experiências territoriais, subjetividades fronteiriças e, portanto, visões de mundo, sentidos-comuns totalmente diferentes daquele sujeito do lugar de origem que nunca saiu de sua localidade; o migrante que chegou ao novo lugar cruzou limites territoriais, políticos e culturais que, a partir das novas relações, farão parte da condição de entre-lugar do sujeito, portanto, transterritorial, ou seja, (de)marcado entre diferentes contextos histórico-geográficos e de poder.

Eles carregam consigo a experiência da diáspora, as “geografias imaginárias” (Said, 2003) e as “histórias de vida” (Massey, 2008), vivenciando uma condição paradoxal de entre-lugar: entre o aqui e o lá, entre a presença e a ausência. Logo, o dia-a-dia do migrante fronteiriço é marcado pela ambigüidade de relações e de pertença, pelo estranhamento, contato, confronto e alteridade com o outro sujeito e o outro território (construindo o *outro geográfico*).

Assim, os migrantes criam, sutilmente, estratégias racionais e emocionais (muitas vezes provisórias) que ajudam no processo de re-construção simbólica e de significados no novo território. Assim, é este movimento de partir, de sair de seu lugar de pertença, ao mesmo tempo carregando-o junto, em suas memórias afetivas, é criar e estar no entre-lugar. Uma condição de quem pode “viver no limite”, entre dois mundos, trafegar entre territórios diferentes, múltiplos, e ser marcado (desigualmente) por ambos, tornando-se, portanto, nem sujeito do lugar de origem, nem sujeito do lugar de

destino, mas, sim, um ser trans-territorial, no limiar entre um ou outro território.

Para além das territorialidades/identidades “geograficamente estabelecidas”, há que se considerar na contemporaneidade uma “geografia móvel” para compreender o papel dos vários lugares na construção de novas territorialidades através do decisivo componente identitário que o transitar permanente produz. Podemos imaginar, por exemplo, a seguinte situação: a/o migrante tem “partes” de sua experiência de vida construída em diversos lugares; viveu até os 12 anos na zona rural de um pequeno município; depois migrou para uma cidade média onde começou a estudar e ter amigos de outros lugares; aos 18 anos foi para uma metrópole cursar a graduação pretendida; com 26 anos foi trabalhar em outro país pela oportunidade de emprego na sua área de formação; aos 32 anos casa-se com um “estrangeiro” e tem dois filhos em solo distinto da sua terra natal. Assim, a/o migrante cria possibilidades de sua territorialidade ser construída, no tempo e no espaço, em inúmeras partes do mundo que proporcionam encontrar-se de maneira convergente em espaços distintos cultural, política e economicamente.

Por isso, perguntamos: é possível um pertencimento múltiplo ou múltiplos pertencimentos? Ao que parece que, hoje, as territorialidades e as identidades na mobilidade humana estão cada vez mais sendo produtos de processos de hibridização “geográfica” e “cultural” através dos múltiplos pertencimentos que ocorrem no processo de des-re-territorialização. O contato com vários espaços “geográficos” e “culturais” tão diversos entre si e a profunda consciência de si mesma enquanto ser em constante mutação, em movimento para dentro, para fora e sobre si, compõe a identidade e a territorialidade da/o migrante. Uma identidade e uma

territorialidade que se quer incansavelmente em elaboração, em reacomodações e ajustes constantes pelo trânsito múltiplo entre contextos e lugares tão distintos. Na mobilidade o que ocorre é uma vivência na “margem” de vários lugares que comportam a ambigüidade de serem, ao mesmo tempo, lugares de pertencimento e de estranhamento.

Assim, a idéia de multiterritorialidade foi construída por Haesbaert (2006) para demonstrar, antes de tudo, a forma dominante contemporânea e/ou “pós-moderna” da reterritorialização, e para se “contrapor” ao que muitos equivocadamente acredita(va)m acontecer hoje, ou seja, a desterritorialização em favor de uma menor relação/mediação/referência dos indivíduos e/ou grupos com o espaço. A desterritorialização “é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível”, e “das relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais através de territórios-zona, que marcam aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal” (2006, p. 338). O que não implica no desaparecimento, em hipótese alguma, de formas “antigas” de território que ainda continuam presentes, complexificando e formando novas organizações espaciais.

Essa “diversidade territorial”, para o autor, expressa uma multiterritorialidade em termos de dimensões sociais, dinâmicas (ritmos) e escalas, uma justaposição ou convivência (ímbrica e/ou contraditória), lado a lado, de tipos territoriais distintos, correspondendo à existência de “múltiplos territórios” ou “múltiplas territorialidades”, de múltiplas experiências de vida mediadas sobre parcelas diversas de espaço, com variadas relações. Para Haesbaert (2006), essa

multiplicidade territorial alterna significados, movimentos, ritmos e relações, segundo o contexto cultural, histórico e geográfico.

À escala do indivíduo, a multiterritorialidade se daria através das relações sociais que possibilitam uma nova experiência, justaposta e “integrada”, do espaço, constituindo-se diariamente na possibilidade de adentrarmos em vários territórios, construindo “(multi)territórios”. Assim, “produzir e habitar mais de um território, [envolve] um fenômeno de multipertencimento e superposição territorial” (Haesbaert, 2006a, p. 344). Desse modo, entre a origem e a acolhida, entre os vários territórios percorridos, o migrante desenvolve um transitar no espaço, seja ele comprimido ou estendido, num movimento que produz ambivalências, no tempo e num lugar *intermediário*, nem cá nem lá: no interior de uma passagem. O lado interior, a subjetividade da mobilidade humana, talvez corresponda à consciência de si e do outro e/ou ao reconhecimento da transitoriedade do sujeito, no tempo e no espaço (Goettert, 2004).

Mobilidade humana e novas (múltiplas) territorialidades

Hoje, as novas territorialidades em seus transbordamentos expõem situações de trânsito identitário na mobilidade humana, transmutando os territórios habituais em territórios de intercâmbio no momento em que suas ações se inserem na trama social e cultural múltipla. Como considera Haesbaert (2002, p. 49), devemos considerar na contemporaneidade um “território múltiplo, onde devemos implementar não uma identidade

una e pouco permeável ou, ao contrário, a diluição de todas as identidades, mas ao convívio entre várias construções identitárias, inclusive aquela que envolve a opção de compartilhar múltiplos territórios”.

O trânsito des-contínuo e a mudança permanente de lugar, de contexto cultural, de certezas, condicionam as territorialidades dos migrantes, que se vêem obrigados a assumir posições – criar territórios de posicionamento – diferentes de acordo com os lugares em que chegam, que passam, que se relacionam. Os migrantes precisam questionar o novo, precisam usar de cautela ao conhecer, precisam aceitar a fragmentação negociando e traduzindo o outro “sujeito” e o outro “geográfico”. Por isso, o indivíduo em movimento estabelece uma relação ambígua com os lugares: os espaços parecem ser definitivos na territorialização do sujeito e ao mesmo tempo “flutuantes” e incertos, porque as mudanças, os trânsitos e os conflitos, o modificam. Eis, as novas (múltiplas) territorialidades em trânsito.

Referências

ABREU, Caio Fernando. *Estranhos Estrangeiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacro e simulações*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.

DELEUZE, Gilles. Síntese ideal da diferença. In: *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006, pp. 241-309.

FORD, Aníbal. *Navegações: comunicação, cultura e crise*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

GIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

GOETTERT, Jones Dari. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia – FCT-UNESP, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, Luis Paulo da Moita. BASTOS, Liliana Cabral. (Orgs.). *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002, pp. 29-52.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENTHAL, Z. CORRÊA, R. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp. 169-190.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola, 1999.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. Niterói: UFF. *GEOgraphia*. Ano 6 – N. 12, pp.7-23, 2004.

_____. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papiрус, 2000, pp. 176-185.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MONDARDO, Marcos L. *Os Períodos das Migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão-PR*. Dissertação de Mestrado. PPGG-UFGD: Dourados-MS, 2009.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, B. de S. Os processos da Globalização. In: _____(Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

**– O TERRITÓRIO: UM DEBATE
EPISTEMOLÓGICO –**

Tulio Barbosa (Professor do Instituto de Geografia)

Univ. Federal de Uberlândia – UFU

tulio@ig.ufu.br

O território é a materialização do imperialismo modificado geohistoricamente à partir dos contratos territoriais concordados pelos dominadores da estrutura e superestrutura dos países desenvolvidos e exploradores, ou seja, o Estado, talvez, é apenas um detalhe no campo de batalha econômico ou o Estado pode ser fundamental, isto é, quem regula o território é quem comanda os modos de produção e regulação da economia, portanto, não podemos entender o território, na contemporaneidade, diferente de uma unidade mundial contemporânea.

A categoria território é muito importante para a Geografia, uma vez que a mesma proporciona aos pensadores geográficos um aumento significativo na capacidade do entendimento das relações econômicas e políticas do mundo. Todavia, epistemologicamente o território foi pouco explorado, pois as definições categóricas e conceituais do mesmo tiveram poucas variações, portanto, o território é entendido como um locus do poder, das relações diferenciadas e escalares do poder. Sem dúvida, a categoria território vincula-se ao poder, porém não se trata de um poder relativo na contemporaneidade ou ainda de múltiplos territórios ou mesmo do fim dos territórios. O território é um, apenas

um na contemporaneidade, não existe primeiro, segundo ou terceiro território, como afirmou Fernandes (2008).

Na verdade Fernandes (2008) tenta inovar conceitualmente, porém abandona as categorias geográficas (paisagem, região e lugar) que explicam muito bem a realidade; assim, seria mais interessante entender as categorias geográficas à partir do criticismo epistemológico.

Fernandes (2008) ao entender a multiplicidade do território como algo possível e real, compartilha da visão ideológica capitalista, ou seja, o modo de produção e regulação capitalista é o mesmo em todo o mundo e são os reguladores capitalistas que determinam as diferenciações espaciais e apelidam as mesmas de diferentes territórios, pois a fragmentação não corresponde ao entendimento da totalidade. Apenas com a compreensão da totalidade é que a verdade poderá ser entendida; assim, o território é a totalidade reguladora do poder, isto é, o território é a materialização dos jogos de forças e poder do modo de produção sobre o espaço.

Quando vários autores buscam o entendimento da multiplicidade dos territórios e abdicam da tentativa para entender o movimento totalizante e unificador do capitalismo colaboram para o empobrecimento da perquirição da realidade.

O capitalismo, desde o fim da URSS, teve novo fôlego e novo ritmo; assim, o avanço do mesmo sobre o espaço teve como objetivo principal diminuir distâncias e atuar em diferentes escalas espaciais, ou seja, o capitalismo, enquanto estratégia de fortalecimento, diferenciou a atuação sobre o espaço, porém não diferenciou para dividir ou subtrair, e sim para unificar os interesses do lucro. Obviamente, que existem burguesias diferentes em diferentes países, mas as burguesias se unem em épocas de crises e nas expansões do capitalismo

concorrem racionalmente, pois organizam o espaço por meio da formação e regulação territorial (KENNEDY, 1989; THUROW, 1999; GORBACHEV, 1986; MÉSZÁROS, 2002).

O território é a materialização dos fenômenos capitalistas, não se pode entender o território enquanto territórios, pois isso atrapalha compreender a lógica do sistema capitalista, por isso entendo que **não existe diferenciação territorial e sim espacial**, pois o movimento econômico do capitalismo constrói uma grande unidade territorial com variações espaciais.

O território é uma categoria que por muitos anos ficou engessada nas análises intra-espaço, ou seja, o território ficou amarrado nas concepções utilitaristas de organização e produção das diferenciações espaciais; assim, a interpretação contemporânea do território reforçou a consolidação de um pensamento comum vinculado às ideologias próprias do capitalismo.

Para Kosik (1995) o perigo do pensamento comum para a humanidade vincula-se à eternização da manipulação fetichizada pelas condições históricas pré-estabelecidas, portanto, o território enquanto projeto material do capitalismo entrelaça-se ao pleno domínio espacial. O território é o todo dominado e manipulado - é o domínio completo de tudo por meio do capitalismo - enfim, o mundo material é resultado do modo de produção e regulação das organizações espaciais conjuntas que resultam em um **contrato territorial**.

O capitalismo sobrevive através dos contratos territoriais realizados pelas burguesias de todos os países; assim, tais contratos são materializados nas diferentes organizações nacionais, todavia tais organizações são subordinadas aos ditames maiores do capital, deste modo,

criam-se um território, ou seja, uma força econômica e política que interfere na organização espacial dos diversos países do mundo.

Afinal, quem tem a capacidade para criar o território?

Atualmente quem cria o território, que é mundial, são as burguesias nacionais que se internacionalizaram e se organizaram através de bancos, bolsas de valores, grandes indústrias, mídia e política.

Obviamente, que no decorrer do último século e início do século XXI houve mudanças consideráveis no espaço mundial, uma vez que neste período ocorreram duas guerras mundiais, inúmeros conflitos bipolares, a hegemonia do capitalismo, o capitalismo diferenciado (anglo-americano – individualista e nipo-germânico-cooperativo), o surgimento e fortalecimento da China enquanto potência econômica e tecnológica (KENNEDY, 1989, THUROW, 1999); assim, os conflitos por poder (belicamente ou economicamente) ocorreram por disputarem áreas de influências espaciais a partir da lógica capitalista, portanto, não importa os vencedores destes conflitos, pois a lógica do modo de produção e da regulação capitalista será a mesma, como afirmou Marx e Engels (2006), ou seja, mesmo nas disputas existem acordos econômicos-rationais que modelam e organizam o espaço na lógica capitalista do lucro e da expansão (contrato territorial).

Tanto Kennedy (1989) quanto Santos (2002 e 2003) concordam que os fatores econômicos e tecnológicos influenciam os espaços nacionais e suas relações com o mundo. Todavia, Kennedy (1989), de forma limitada, entende que o Estado-nação ainda é um dos fatores de regulação e regulamentação das economias, e esquece que não importa quais nações são líderes mundiais, pois o peso do modo de produção e regulação

capitalista é que determina, configura e modela o espaço (MARX, 1975). Existem países que tentam sobressair à lógica capitalista, mas as forças antagonicas à sua resistência proporcionam um enfraquecimento avassalador quanto às políticas internas destes países imbricadas nas multiplicidades das relações internacionais. Num primeiro momento o capitalismo parece indestrutível e o território materializa esta indestrutibilidade.

Afinal, podemos afirmar que os Estados nacionais são territórios? O Brasil é um território? Os Estados Unidos da América são um território?

Na contramão do pensamento geográfico contemporâneo e pela necessidade de uma revisão crítica quanto aos conceitos e categorias geográficas entendemos que os Estados nacionais são organizações políticas, jurídicas, econômicas e sociais forjadas dentro de uma lógica maior, neste caso o capitalismo. Os Estados nacionais são nações, são países, organizados paisagisticamente e regionalmente sob a óptica do poder das suas classes dominantes internas e dos fatores econômicos dominantes internacionais.

O estado brasileiro não é um território, pois não possui poder suficiente para se afirmar enquanto tal, já os Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial almejam ditar as regras do contrato territorial, mesmo assim não são um território, buscam por meio de sua política imperialista avançar fisicamente e economicamente sobre os outros países, porém os outros países interrompem seu avanço através do fortalecimento de seus poderes em nível mundial, ou seja, os demais países se fortalecem economicamente, politicamente, juridicamente, tecnologicamente e militarmente. Simultaneamente, a esta tentativa de “ter” e “ser” poder

grande parte dos países são direcionados pela lógica dominante maior, isto é, para que o país se torne líder mundial e dite as novas regras do capitalismo (um novo contrato territorial), deve seguir as regras pré-estabelecidas; assim, há uma repetição do inferno de Dante, o eterno retorno de Nietzsche.

Por isso, afirmamos que o território é o espírito capitalista que se materializa no espaço de formas diferentes, antagônicas, semelhantes, incongruentes, fixas, dinâmicas; enfim, dialéticas. Trata-se de uma racionalidade pelo poder, de uma organização estrutural e superestrutural pelo poder, isto é, o território na contemporaneidade é a tentativa do pleno poder.

O território contemporâneo (pois no decorrer da história em diferentes partes do espaço houve outros territórios) é domínio da lógica delimitadora, delineadora e racional das organizações dadas no espaço. Não concordamos com Fernandes (2008) quando o mesmo afirma que a aquele que determina a política define o território, vamos mais além e entendemos que o território é definido pelos fatores econômicos, tecnológicos e militares. A determinação política do território é uma determinação parcial, o próprio Fernandes (2008) afirma isso posteriormente:

“Quando o território é concebido como uno, ou seja apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio de políticas neoliberais.” (p. 05 e 06)

O território, na contemporaneidade, é uno. Não existem diferentes territórios. Não existem territórios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, nem território Mixteco (BÁRCENAS & SAUCEDA, 2008), nem território brasileiro (SANTOS & SILVEIRA, 2003) e muito menos ainda o território pode ser entendido enquanto unidade de e para o planejamento (SCHNEIDER & TARTARUGA, 2005) – aliás o artigo de Schneider e Tartaruga lembra as formulações teóricas de Galbraith (1982).

Fernandes (2008) continua:

“Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento”. (p. 06)

Fernandes (2008) crê que há um afastamento do camponês das relações estruturais e superestruturais capitalistas, pois afirma que existem disputas entre o capital e o campesinato, quando na verdade o camponês para sobreviver precisa minimamente de renda, de lucro, de capital para ser reinvestido na lavoura ou na criação de animais. O camponês pode não reproduzir o capital na sua lógica exploratória e excludente, mas organiza-se na lógica capitalista, portanto, os camponeses não têm capacidade territorial, visto que seu pedaço de chão insere-se na ordem jurídica, econômica e política do capitalismo, por isso seria ingenuidade ou má-fé (no sentido sartreano) crer que o camponês organizado consegue superar a lógica capitalista para formar um território.

Concordamos com Fernandes (2008) quanto a importância da resistência à lógica social, cultural e econômica capitalista, mas os camponeses de hoje sempre estiveram inseridos na superestrutura capitalista, o que forjou parte de sua identidade, de seu imaginário simbólico e de sua relação ôntica com o mundo (KOSIK, 1995; MARX, 2007) . Faz-se necessário uma ruptura revolucionária, um novo padrão ético e estético vinculado à transformação das formas produtivas, para que, finalmente, a ordem econômica capitalista seja superada e, conseqüentemente, o socialismo triunfará (MÉSZAROS, 2002).

“As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, mudando o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, mudam todas as suas relações sociais. O moinho manual nos dará a sociedade com o suserano; o moinho a vapor a sociedade com o capitalismo industrial.” (MARX, 2007, p. 100)

Portanto, Fernandes (2008) esqueceu da inevitabilidade do encontro cotidiano do camponês com a regulação realizada pelo modo de produção, as relações sociais são bons exemplos para elucidar a “perrenha” conceitual de Fernandes (2008), pois o camponês é socialmente construído e depende das forças produtivas capitalistas para sobreviver.

A exigência de reforma agrária manifestada em todo país por vários movimentos sociais nada mais é que uma tentativa de ampliar a capacidade de *welfare state* no Brasil, isto é, a reforma agrária brasileira contribui para a revitalização do capitalismo em regiões estranguladas

economicamente, portanto, os conflitos existentes ocorrem por causa de uma elite conservadora que não consegue enxergar os benefícios sociais e econômicos para o país.

A reforma agrária ocorre por causa da autorização jurídico-processual da classe dominante, ora por insistência e luta dos movimentos sociais, ora por interesses próprios de uma classe dominante regional ou mesmo nacional, portanto, os movimentos sociais que almejam a reforma agrária dependem de fatores externos à sua vontade, mesmo depois de assentados eles dependem (como todos os trabalhadores) da lógica capitalista, dependem do contrato territorial. Por isso, discordamos de Fernandes (1999 e 2000) quando o mesmo afirma que o MST produz territorialidades e sua luta faz com que tais territorialidades produzam novas relações sociais e econômicas, por meio do que chama de movimento socioterritorial, isto é, Fernandes (1999 e 2000) considera possível que os movimentos do campesinato criem uma nova lógica econômica e social ao se afirmarem enquanto assentados, que inevitavelmente podem ir além do território do capital e formar sua própria lógica. Fernandes esqueceu da íntima relação: modo de produção e modo de regulação, estrutura e superestrutura. Diante disso, o modo de regulação da sociedade, da economia e da organização do espaço vincula-se ao modo de produção e sua capacidade de inovar territorialmente através do contrato territorial.

2- O Contrato Territorial

O território é o visível e também o invisível, já que o mesmo é a materialização das múltiplas relações

sócio-espaciais que podem ser camufladas por meio da ideologia dominante. O território é a unidade ideológica-práxis que se materializa de forma diferente no espaço, uma vez que o mesmo depende dialeticamente dos fatores regionais (paisagem, sociedade, cultura, nível industrial, nível de desenvolvimento agrário e o papel desempenhado no mercado mundial) acoplados aos fatores globais.

A crítica que faço à categoria território é que a mesma precisa ser compreendida enquanto totalidade-mundo dentro de uma lógica que produz e reproduz configurações espaciais e, conseqüentemente, paisagísticas e regionais diferenciadas. O território é o mundo das relações sociais, econômicas e políticas, materializado nas formas e nos conteúdos. Principalmente, após a queda do muro de Berlim o capitalismo avança sobre o território socialista e unifica o território por meio do comércio mundial, das bolsas de valores, do oligopólio dos combustíveis, dos bancos e das linhas de créditos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

O território é a forma e o conteúdo do espaço, uma vez que o espaço é a própria dialética no todo. A Geografia insiste em dissertar sobre a construção de espaços (rurais, urbanos, industriais e outros), mas na verdade o espaço é o todo e as demais categorias geográficas são elementos teórico-conceituais com amplas capacidades epistemológicas para que possamos entender a totalidade. Não pode existir construção de espaços, o que realmente existe são diferenciações e articulações espaciais. O espaço é absoluto (não no sentido escolástico) e o território é a materialização do absoluto que não enxergamos; assim, o espaço é tetradimensional (EINSTEIN, 1993) e o território é a multidimensionalidade espacial materializada.

O espaço sempre existirá, o território é fenomênico e transitório, portanto, por meio do estudo

do território contemporâneo podemos compreender as amarrações próprias desta era econômica, política e tecnológica, ou melhor, compreender o contrato territorial.

O território é o embate pelo poder, ao mesmo tempo em que é o poder, uma vez que sua organização surge da constante submissão do espaço tetradimensional à lógica do modo de produção e regulação. Tal submissão impõe aos pertencentes de uma dada área do espaço (uma região, um país, uma rua...) particularidades paisagísticas e organizacionais; assim, os sujeitos são subordinados à batuta do contrato territorial, isto é, o sujeito por meio de sua cotidianidade é tiranizado, conforme Kosik (1995), por uma lógica extra-indivíduo que molda o comportamento a partir do anonimato provocado pelo capitalismo que induz os sujeitos a abdicarem de si e, mesmo assim, se esforçam cotidianamente para serem aquilo que a lógica do modo de produção e regulação determinou, portanto, os sujeitos, passivamente, assinam em cada uma de suas atitudes o contrato territorial. Para que o contrato territorial seja rompido há necessidade de uma violenta inversão dos valores e, principalmente, de organização popular como os movimentos sociais.

Um contrato só pode ser assinado com o consentimento de ambos os contratantes, deste modo, a aceitação de grande parte da população mundial em não refutar o *status quo* e as diferenças sócio-espaciais devem-se à influência ideológica sobre os indivíduos, isto é: “O homem é antes de tudo aquilo que o seu mundo é”. (KOSIK, 1995, p. 85). Conforme Marx e Engels (2006) as condições materiais é que determinam os sujeitos, portanto, os sujeitos apáticos por mudanças estruturais são resultados das combinações da produção e da regulação capitalista.

Portanto, o contrato territorial é composto pelos seguintes elementos:

- 1 – Pela lógica da produção das diferenciações espaciais;
- 2 – Pela homogeneização das relações comerciais e desenvolvimento de redes hierarquizadas;
- 3 – Divisão territorial do trabalho;
- 4 – Desenvolvimento tecnológico e dependência mundial do mesmo;
- 5 – A classe dominante organiza o país (paisagisticamente e regionalmente);
- 6 – Divisão social hierárquica do trabalho;
- 7 – Circulação de capitais especulativos;
- 8 – Influência dos meios de comunicação de massa;
- 9 – Estado-nação com pouca autonomia política e econômica diante do mercado mundial, porém com grande capacidade militar que não permita que o mesmo venha a perder parte do espaço;
- 10 – Crença, por parte da sociedade em geral, da indestrutibilidade do capitalismo.

Resumidamente, o contrato territorial é resultado do processo civilizatório capitalista, isto é, o espaço e os indivíduos são subordinados a lógica de organização, regulação e regulamentação capitalista. A maioria dos países não almeja uma libertação das imposições capitalistas, muito contrário a isso, pois a maioria dos países deseja integrar e assumir a liderança de tal contrato, ou seja, os países líderes continuam economicamente e politicamente subordinados à racionalidade capitalista, porém tais países proporcionam variações da mesma racionalidade capitalista. Neste sentido, a diferenciação

espacial é resultado do contrato territorial e das tipologias racionais capitalistas.

Os principais líderes das últimas décadas que organizaram e organizam o contrato territorial são os banqueiros, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e as grandes corporações empresariais como agentes ativos da mundialização financeira (SAMPSON, 1981; ALVES, 2001; CHESNAIS, 1996). Os governos dos Estados são, portanto, subordinados a esta lógica maior e dominante do capitalismo contemporâneo; assim, o território é uma unidade que produz diversidades.

A lógica econômica do capitalismo é o domínio máximo na cotidianidade do Estado e dos homens em geral. Para Kosik (1995) o homem é uma abstração da economia, logo o Estado também é uma abstração, uma virtualidade na esfera econômica do capitalismo que é subordinado, constantemente, às lógicas nacionais influenciadas pela vontade de poder e domínio das esferas econômicas, políticas e sociais.

O Estado e o homem são partes de um mecanismo territorial; assim, como afirmou Kosik (1995) a engrenagem capitalista não admite homens fora de sua esfera de influência, logo o capitalismo (por meio dos detentores de poder) cria mecanismos que aprisionam homens e Estados, todavia, não sabem que estão presos, pois seus objetivos são aprisionar outros homens e outros Estados, portanto, Marx (2006) ao entender que os homens são determinados pela classe sócio-econômica em que estão presos possibilita-nos compreender que as representações e compreensões de mundo são determinadas, grande parte, pela classe a que pertencem, ao mesmo tempo em que dialeticamente as classes se oprimem e se dominam - o mesmo ocorre no cenário geopolítico.

O Estado capitalista é comandado por uma elite econômica e política que tem influências demasiadas sobre as classes dominadas, segundo Poulantzas (1971) a grande influência da burguesia sobre as classes dominadas ocorre no nível ideológico. É preciso também destacar que a própria burguesia cria ou transforma ideologias, principalmente quando existem conflitos econômicos e políticos envolvendo diferentes burguesias, a ideologia dominante dependerá do grupo burguês vencedor, porém a estruturação ideológica capitalista é baseada na troca universal e tal princípio norteador e regulador interfere na organização material e na vida intelectual (MÉSZÁROS, 2002). Na verdade, o Estado é uma mentira sancionada, como afirmou Marx, trata-se de uma representação de poder que se distanciou da vontade da maioria (ENGELS, s.d).

O papel do Estado na economia atual é ao mesmo tempo fundamental e secundário. Fundamental, pois o capitalismo se fortalece a partir das organizações econômicas e políticas nacionais, ou seja, a classe dominante organiza o país regionalmente e paisagisticamente para que a lógica do contrato territorial sobressaia à nação e permita que tal classe seja cada vez mais dominante. O papel do Estado pode ser considerado também secundário, pois as forças de produção e regulação têm o mesmo como suporte físico (meios de produção, natureza e sociedade) da expansão contínua e progressiva do capitalismo líder no contrato territorial. Neste sentido, Chesnais (1996) destaca o papel dos Estados líderes (Estados Unidos da América com Ronald Reagan, a Inglaterra com Margaret Thatcher, a França com os ministros Pierre Bérégovoy e Edouard Balladur, posteriormente, o Japão) na transformação econômica mundial: os primeiros passos para o triunfo do neoliberalismo e, conseqüentemente, o fortalecimento e prevalência econômica e política da mundialização do

capital sobre os Estados capitalistas, eis o novo contrato territorial.

O novo contrato territorial entre as superpotências econômicas (Estados Unidos, Europa e Japão) permitiu que os Estados (centrais, todavia os periféricos ficaram mais frágeis) tivessem sua soberania diminuída em nome da superioridade do mercado, da liberalização econômica, desregulamentação econômica e privatização das empresas estatais e do patrimônio natural; assim, privilegiou-se em nome do desenvolvimento os investimentos estrangeiros diretos e o aperfeiçoamento do parque industrial-tecnológico, portanto, o desenvolvimento de um país ocorreu e ocorre de acordo com sua capacidade participativa nas redes internacionais de produção vinculadas à exportação de tecnologia desenvolvida localmente (CHESNAIS 1996; AKYÜZ, 2005; MOREIRA, 1998).

O **contrato territorial** é a relação dos Estados com uma lógica dominante e opressora, cuja liderança econômica mundial é quem dita as regras do contrato, ao mesmo tempo em que esta liderança também é vitimada por esta lógica econômica, isso é explicado pela própria dinâmica do capitalismo, ou seja, os ciclos econômicos típicos do capitalismo determinam as ações dos Estados e suas políticas econômicas vinculadas ao mercado internacional. Por isso, o contrato territorial não depende apenas dos Estados líderes, depende do capitalismo e de sua dialética, logo a organização espacial é determinada pela capacidade de materializar poder e fraqueza (funcionalidade no território e de) por meio da lógica do contrato territorial.

O contrato territorial é dinâmico, constante e volátil, ou seja, não depende de grandes mudanças estruturais para ser modificado e transformar o espaço.

Suas mudanças contratuais vinculam-se às mudanças do capitalismo, portanto, os ciclos breves ou longos do capitalismo influenciam as mudanças contratuais; assim, os países são obrigados a se reestruturarem internamente para se fortalecerem globalmente, já que o território é um e o que disputam é a **capacidade de poder**, isto é, a capacidade de “ser” o território, de reestruturar, desestruturar e estruturar conforme o interesse de uma elite econômica, que hoje não precisa ser uma elite nacional que privilegia a soberania de seus respectivos países para que possam, efetivamente, obter lucro. O contrato territorial é a relação econômica, tecnológica e política do capitalismo (em sua multiplicidade) com o espaço que é tetradimensional.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial houve alguns contratos territoriais destacáveis como a bipolarização do mundo; também as transformações econômicas, produtivas e políticas causadas pelo fim do modelo de Bretton Woods na década de 1970; a perestroika e a glasnost na URSS; a queda definitiva do muro de Berlim; a regionalização da economia por meio da formação de blocos econômicos (surgimento, desenvolvimento de poucos e falência da maioria dos blocos subdesenvolvidos); a mundialização do capital e os mercados de capitais interdependentes; (ALVES, 2001; KENNEDY, 1989; CASTELLS, 2006; CHESNAIS, 1996).

Aparentemente os Estados têm suas soberanias ameaçadas pelo mercado e pela mundialização dos capitais, todavia os Estados (organizados e dirigidos por uma classe dominante) nunca se ausentaram destes contratos, pelo contrário se mantêm distantes proporcionalmente à ameaça de suas economias e de sua soberania. Obviamente, que tais Estados são os mais desenvolvidos economicamente e tecnologicamente, pois

somente assim podem interferir na economia geral em tempo de crise, como as fases B do ciclo econômico de Kondratieff.

O contrato territorial permite que a materialização das condições econômicas e políticas se realizem. A ascensão e queda do capitalismo depende das relações das classes dominantes de cada Estado e sua interdependência para o ganho, para o aumento necessário da taxa de lucro; assim, também por meio do decréscimo da taxa de utilização das mercadorias é possível aumentar os lucros dos capitalistas. Diante disso, o capitalismo explora o espaço e os sujeitos, destrói a natureza e garante a sobrevivência do lucro e do domínio sócio-econômico-espacial ao criar o território enquanto unidade imperialista no sentido restrito das experiências ocidentais.

O território é a força organizada para um fim. O contrato territorial é quando Estados concordam com esta força organizada, hierarquizada e reguladora das taxas de lucros, dos empregos, das tecnologias, das políticas e de outros fatores de regulação do espaço e, conseqüentemente, das paisagens, das regiões e do próprio ser humano; assim, o espaço é diferenciado, ou conforme Harvey (2004), as relações capitalistas resultam em desenvolvimentos geográficos desiguais que são resultados diretos da tentativa do capitalismo em organizar um espaço fixo, um espaço sem surpresas, um espaço do e para o capital, um espaço que seja confundido com o território, isto é, o espaço é a existência física do território e é mutável em conformidade com a existência das transformações territoriais que interferem na paisagem e na regionalização dos interesses que estão vinculados aos interesses além Estado.

Diante disso, qual o papel do Estado? Afirmamos anteriormente que o Estado não é mais um território;

assim, vamos na contramão do pensamento geográfico dominante e buscamos elementos para provar nossa nova direção epistemológica.

3- O Estado não é mais Território

O Estado não é mais território. Obviamente, que o Estado foi por muito tempo território, bem como existiram outras organizações sócio-espaciais que formaram outros territórios (como os negros africanos e os índios americanos antes da chegada do europeu). O território, hoje, é uma abstração capitalista na concretude do espaço que modela seres humanos, paisagens e diferencia geograficamente o espaço.

Para Silva (2004, p. 117):

“O território é uma das representações políticas da terra. É lugar de gestão e poder. O território brasileiro é dos brasileiros? É de muito poucos deles. Na verdade ele é multinacional; é dos grupos econômicos que aqui ditam as regras que querem e expropriam os seus habitantes do seu chão. Está aí a política neo-liberal nos territórios produzindo desespero nas famílias pelo desemprego crescente, pela insegurança no trabalho de quem ainda permanece empregado e que expurga do circuito produtivo milhões de trabalhadores roubando-lhes a cidadania e a vida. É essa uma das fases cruéis da era da internet, do capitalismo informativo, da qualidade total, das reengenharias, do positivismo científico “pós-moderno”. E ainda há na Geografia quem fale em território como o chão da pátria, num naturalismo de arrepiar.”<grifo nosso>

Fernandes (2008) afirma que o território é múltiplo, afirma que o território é nacional, que o território é o chão da pátria, como também entendeu Milton Santos. Silva (2004) por meio de sua ironia de “arrepisar” vê a fragilidade da categoria território a partir da simplificação do poder-gestão para com o território-pátria, uma vez que o território para Silva (2004) é multinacional, ou seja, a pátria Brasil é internacional no sentido econômico, logo entendemos que o Brasil não é um território, visto que o território é uma entidade econômica e política subjetiva e objetiva. O Brasil, portanto, deixou de ser território, principalmente pós-1945, para ser uma organização espacial com diferenças internas regionais e paisagísticas vinculadas aos interesses do capitalismo internacional.

Ao questionarmos o papel do Estado na atualidade é importante buscarmos algumas respostas ligadas aos conceitos de soberania, fronteira e organização sócio-espacial, uma vez que nos últimos anos o discurso econômico e político quanto ao Estado tem sido direcionado para o fim da soberania em nome de uma globalização capaz de reverter todos os problemas dos Estados, ao mesmo tempo em que discursos burgueses-nacionalistas-protetionistas brotam em grande parte dos Estados e resultam em envolvimento gerais das classes sócio-econômicas destes respectivos Estados. Portanto, aparentemente existem dois caminhos para o Estado: ou perde relativamente a soberania ou fortalece rigidamente sua soberania. Diante disso, surge a questão: o Estado ao optar pela soberania terá condições para ser território na contemporaneidade?

Atualmente, o território existe mediante um contrato firmado entre as empresas multinacionais, as burguesias nacionais e os Estados. Para Hobsbawm (2006)

as transformações políticas e econômicas do século passado reestruturaram toda estrutura internacional, portanto, a substituição de um mundo bipolar por um mundo multipolar foi entendido primeiramente como possibilidade de avanço do capitalismo como entidade democrática no sentido geopolítico, todavia o que ocorreu foi uma ditadura do capitalismo, ou seja, fora do capitalismo neoliberal não há salvação. A multipolaridade na verdade era polaridade reestruturante mediante o contrato territorial, ou seja, as forças capitalistas avançaram com o mesmo padrão no mundo ocidental, foi dinamizado o capitalismo internacional e, conseqüentemente, o capitalismo financeiro.

A dinamização do capitalismo financeiro começou na década de 1970 com o fim do petróleo barato e do dinheiro barato, pois do aumento das taxas de juros para equilibrar as contas dos Estados Unidos e Europa somados ao aumento considerável do preço do petróleo pela OPEP fizeram com que existissem desconfortos econômicos, uma vez que os países periféricos emprestaram muito dinheiro do FMI e de bancos internacionais, mas não conseguiram saldar nem os juros de suas dívidas (SAMPSON, 1981).

Neste momento têm-se muitos países devedores e dependentes das políticas econômicas estrangeiras, tais devedores formaram um conglomerado de nações que perderam sua capacidade para organizar sua economia e sua política. Ao serem devedores, os países periféricos tiveram subtraídas suas territorialidades, suas soberanias enquanto nações ou pelo menos perderam a pouca soberania que lhes restavam, uma vez que os gerentes do FMI e do Banco Mundial interferem diretamente nas políticas dos Estados financiados. Os países pobres financiados pelas organizações financeiras internacionais foram obrigados a seguir a cartilha neoliberal, logo as

privatizações e a economia de mercado dominaram as agendas econômicas e políticas de tais Estados (SAMPSON, 1981, HOBSBAWM, 2006).

O Estado passou a ser o suporte físico das estruturas e das superestruturas capitalistas, não mais uma entidade de comando, organização e regulação nacional, pois o papel do Estado desde o final da Segunda Guerra Mundial sofreu alterações significativas, isto é, a soberania e suas fronteiras físicas foram enfraquecidas pelas políticas econômicas de investimentos diretos feitos por empresas estrangeiras que dependiam da matéria-prima dos países periféricos. Posteriormente o Estado se enfraqueceu por causa das políticas neoliberais, uma vez que os fluxos de capitais possuem trânsito livre e investimentos ou as retiradas de capitais são constantes; assim, a instabilidade econômica nos Estados é freqüente e os mesmos são reféns do capitalismo financeiro que comanda, até mesmo diretamente, a política doméstica dos mesmos.

A soberania nacional dos países periféricos (ou emergentes ou subdesenvolvidos) foi enfraquecida, uma vez que apenas os países líderes do contrato territorial é que detêm relativa soberania, pois os mesmos possuem vantajosa capacidade tecnológica, amplo desenvolvimento industrial-militar e reserva considerável de capital (KENNEDY, 1989; HOBSBAWM, 2006). Quanto aos países periféricos os domínios econômicos, tecnológicos, militares e ideológicos fizeram e fazem com que os mesmos não avancem na concretude de um território; assim, os Estados periféricos dependem do fluxo de investimentos diretos externos e do mercado financeiro global (CHESNAIS, 1996; ALVES, 2001).

Os Estados, tanto periféricos como centrais, são direcionados pelas intenções econômicas e políticas das grandes empresas capitalistas; assim, ao investirem em

ensino, pesquisa e tecnologia estão promovendo o desenvolvimento de áreas do conhecimento voltadas para a produção capitalista. Galbraith (1982) assinalou tais investimentos como obrigação do Estado enquanto interventor da regulação produtiva e do mercado consumidor, todavia este Estado intervencionista é na verdade regulador e intermediário dos interesses das classes dominantes nacionais e internacionais, com isso continua atual a afirmação de Marx e Engels (2007, p.49): “O governo moderno nada mais é que um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”

Galbraith (1982, p. 226) afirmou que: “O Estado interessa-se seriamente pela estabilidade da economia e por sua expansão ou crescimento, pela educação, pelo progresso técnico e científico e, mais notadamente, pela defesa nacional”. Trata-se de um Estado estruturado pela burguesia, pensado e organizado pela e para a produção capitalista nacional com vistas ao mercado internacional. Galbraith (1982), portanto, dissertou sobre um Estado que faz parte da liderança do contrato territorial; assim, a expansão e o crescimento vinculam-se ao poder bélico e ao poder de coerção de suas empresas por meio da divisão territorial da produção e do consumo.

Os Estados centrais, reguladores do contrato territorial, continuam o fortalecimento militar, econômico e político, mas suas fronteiras são atacadas constantemente pelo livre mercado e a reorganização e a reestruturação sócio-espacial é contínua, isto é, os países organizam-se internamente conforme as ondas de investimentos internacionais. Os Estados centrais têm maior autonomia reguladora de sua configuração espacial, porém isso não garante uma territorialidade espacial, uma vez que os mesmos são subordinados às grandes empresas capitalistas.

Os Estados são controlados rigorosamente pela estruturação hierárquica e vertical do capitalismo (MÉSZÁROS, 2002), conseqüentemente, são conservadores e revolucionários ao mesmo tempo, visto que a reestruturação produtiva de um país depende de fatores antagonicos para alcançar o equilíbrio.

Os Estados, portanto, são dominados ideologicamente pelo pensamento neoliberal que destaca em seus discursos a necessidade da liberdade individual e econômica somada à democracia, ou seja, o discurso neoliberal é uma farsa, visto que as liberdades individuais são barradas pelos problemas típicos do capitalismo, isto é, a pobreza em constante progressão geométrica. E no mundo capitalista a palavra liberdade vincula-se ao poder econômico, portanto tanto indivíduos como Estados subordinam-se a lógica do aprisionamento capitalista e acreditam que este é o melhor dos mundos possíveis.

4- Breves palavras

É necessário o aperfeiçoamento teórico quanto às categorias geográficas, pois apenas com o debate duro e insistente é que poderá existir melhoramentos significativos do pensamento geográfico para transformar a realidade, para produzir uma filosofia da práxis que poderá mudar a lógica do contrato territorial capitalista. Ao afirmarmos a unidade do território, não estamos compactuando com a invencibilidade e indestrutibilidade do capitalismo, mas demonstrando a força e as amarras do mesmo, pois somente com o conhecimento da verdade é que realmente seremos libertos.

5- Bibliografia

AKYÜZ, Y. Impasses do desenvolvimento. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 72 – junho de 2005, p. 41-56.

ALVES, G. *Dimensões da Globalização*. Londrina: Praxis, 2001

BÁRCENAS, F. I.; SAUCEDA, G. E. *El territorio Mixteco y los conflictos agrarios*. México: inédito, 2008.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

EINSTEIN, A. Foreword. In: JAMMER, M. *Concepts of space*. The history of theories of space in physics. New York: Dover Publications, 1993. p. xiii – xvii.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Escala, s.d.

FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. M. *Entrando nos territórios do Território*. Presidente Prudente: paper, 2008.

GALBRAITH, J. K. *O novo estado industrial*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

GORBACHEV, M. *Informe político do comitê central do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ao XXVII Congresso do Partido*. Moscou: Novósti – setor de divulgação em idioma português, 1986.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MAMIGONIAN, A. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. *Revista Geosul*, v. 14 n. 28, p. 152-157, 1999.

MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. *Cadernos Geográficos*, n. 2, p.1-49, 2000.

MARX, K. *O capital livro I capítulo VI* – São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

_____. *A miséria da filosofia*. Resposta à filosofia da miséria de Proudhon. São Paulo: Escala, 2007.

_____. *O 18 do brumário de Louis Bonaparte*. Coimbra: Centelha, 1975.

_____. *Para a Crítica da Economia Política./ Salário, preço e lucro./ O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K; ENGELS, F. *Ideologia alemã* – Vol. I: Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista – São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Escala, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo/ Campinas: Boitempo/ Unicamp, 2002.

MOREIRA, R. Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho. *Trabalho e Tecnologia – Caderno do Aluno*. São Paulo: CNM/CUT, 1998. p. 116-130.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense, 1971.

RANGEL, I. Economia: milagre e antimilagre. In: _____. *Obras reunidas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 681-741.

SAMPSON, A. *Os credores do mundo*. Os banqueiros internacionais que financiam a dívida externa. Rio de Janeiro: Record, 1981.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. V. *Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural*. Buenos Aires: paper, 2005.

SILVA, L. R. *Do senso-comum à geografia científica*. São Paulo: Contexto, 2004.

THUROW, L. *Cabeça a cabeça*. A batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

**– IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL:
PERSPECTIVAS –**

Robinson Santos Pinheiro (Mestre em geografia)

robinson22pinheiro@yahoo.com.br

Introdução

“Entorpeço-me. Bóio no ar, entre velar e dormir, e uma outra espécie de realidade surge, e eu em meio dela, não sei de que onde que não é esse...”
(PESSOA, Site: Domínio público, p. 107).

A questão da identidade territorial está diretamente vinculada ao sentimento de pertencimento que os indivíduos constroem com o território. Este vínculo se estabelece de diversas maneiras, seja a partir dos elementos enaltecidos enquanto o típico ou pitoresco de uma dada espacialidade, via a concepção simbólica, seja através da busca de elementos concretos para se utilizarem como referência identitária. Nas palavras de Haesbaert (2002, p. 178): “[...] uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto”.

Na história, percebe-se que os indivíduos buscam consolidar a construção de uma possível identidade territorial, arquitetando vínculos de pertencimento na busca de um processo de identificação com o território. Nesta perspectiva, elegeram-se a noção de dentro e de fora: o que estava do lado de lá da fronteira territorial, que o(s)

indivíduo(s) constrói(em), era o Outro, que foi construído para enaltecer o “eu”, o próprio, separado de “nós” através de uma linha imaginária que, com o passar do tempo, se materializou em determinados fenômenos e objetos representativos da construção de um processo de identificação territorial. A partir do Outro, buscamos nos constituir, construindo símbolos que representem quem somos, formando, assim, a identidade territorial. Como diz Woodward (2000, p. 9): “A identidade é, assim, marcada pela diferença”. E é frente a esta amarra conceitual que o presente texto objetiva se “embrenhar”, tecendo os fios que possam auxiliar na compreensão do processo de identificação territorial.

Identificação territorial

O reconhecimento da diferença nunca é harmoniosa e acabada, pelo contrário, por se fundar na diversidade, ela é fruto desses conflitos de interesses e necessidades em constante processo de transformação. O que se tenta estabelecer como identidade acabada e definitiva, incorporada pelo discurso oficial, hoje acaba conflituosa com a dinâmica social, que sempre ressignifica e redefine esse sentido de pertencimento para um espaço futuro e a ser construído. Nas palavras de Bhabha (1998, p. 76):

“[...] a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia *autocumpridora* – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da identificação – isto é, ser *para* um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade. A identificação [...] é sempre o retorno de uma

imagem de identidade que traz a marca da fissura do Outro de onde ela vem.”

Na perspectiva evidenciada por Bhabha (1998), perscruta-se que a identidade se dá a partir da interação, mas uma interação que se estabelece via conflitos e estes conflitos acabam por fazer com que determinada cultura aceite parcialmente ou totalmente a cultura do Outro. Contudo, também pode haver a recusa dos elementos culturais em prol de uma “autenticidade” da localidade. Este processo é denominado por Hall (2006)²¹ como negociação. Os “diferentes” se vêem obrigados a negociar e, assim, o território acaba sendo este elemento de reestruturação cultural que expressará as formas com que a sociedade vai negociando e se formando enquanto município, estado da federação, Estado-Nação ou as mais diferenciadas escalas que fazem referência ao território, como, por exemplo, o corpo humano. Conforme as palavras de Bossé (2004, p. 163):

“A identidade é uma construção social e histórica do ‘próprio’ [do *soi*, do *self*] e do ‘outro’, entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência ‘essencial’, estão constante e reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca ou de confrontação, mais ou menos disputáveis e disputadas, que variam no tempo e no espaço.”

²¹ “Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades” (HALL, 2006, p. 88).

Nesta direção, deve-se, ao pensar a questão da identidade territorial, levar em consideração quem é ou são o(s) enunciador(es) do processo simbólico e histórico de identificação territorial. Faz-se importante ter ciência de quais foram os arranjos políticos, econômicos, culturais, ideológicos que promoveram a construção dos meios simbólicos que ofertaram a identificação territorial.

Tendo consciência dos enunciadores, consegue-se melhor compreender os elementos que foram enaltecidos como de identificação social, pois “[...] todo lugar de enunciação é, ao mesmo tempo, um lugar concreto, verdadeiro, e um lugar teórico ou desejado” (ACHUGAR, 2006, p. 19). Sendo a procura do local de enunciação chave para tornar mais claro que a identificação territorial possui caráter transitório, pois permite identificar, com maior facilidade, as transformações ou reterritorializações que as articulações sociais vão tecendo através da inter-relação com a base física que vivenciam, assim ofertando características diferenciadas ao território dentro das mais variedades escalas temporais, nas palavras de Souza (1995, p. 81):

“[...] territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.”

Aqui cabe destacar Foucault (2009), quando o mesmo levanta a sua contundente hipótese relacionada à produção do discurso, afirmando que o discurso é, ao mesmo tempo, controlado, selecionado, organizado e distribuído a partir das tramas de interesses que envolvem o enunciador do discurso, que pode esquivar-se daquilo

que venha de encontro ao que ele almeja ser ou se apresentar para a sociedade. Nas palavras de Foucault (2009, p. 9):

“Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizado e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.”

Nesse sentido, vale ressaltar a questão dos sombreamentos. Brandão (2005), analisando o romance de Antonio Tabucchi – *Noturno Indiano* –, pensa a questão da identidade nacional a partir do percurso de sombras. Para o autor, a noção de identidade nacional é dada a partir do imaginário de quem a produz. Neste sentido, ao mesmo tempo que produz sentidos e significados para luminar determinada comunidade, também produz as sombras, outras paisagens que o discurso generalizante ou excludente não permite visualizar, nas palavras de Brandão (2005, p. 23): “Há [...] outro espaço que margeia o percurso retilíneo da luz; há outra paisagem, que se esquia à visibilidade pretensamente total”. O ato de imaginar é um ato egocêntrico porque comunga na procura da visibilidade dos seus “iguais”, desta monta, é o celebrar a si, dentro dos seus iguais, negando ou marginalizando, até mesmo colocando nas sombras os “diferentes”. Segundo Brandão (2005, p. 22):

“Se a nação é, conforme pretende Benedict Anderson [...], uma comunidade imaginada, a condição de imaginar é definidora mas também

instabilizadora da noção de comunidade. O imaginário viabiliza a luz nacional, mas, simultaneamente, nela inocula sombras. Para se indagar o imaginário nacional, pode-se partir, portanto, de duas poderosas vertentes: um imaginário da luminosidade, que se manifesta nos inúmeros discursos e realidades que, pelas mais diversas razões e métodos conquistam o poder de celebrar a si próprios; um imaginário da penumbra, cujas concretizações são a contradição de tal poder, as variáveis que perturbam o equacionamento e os princípios de seus métodos e razões.”

Neste sentido, fazendo uso das cogitações de Brandão, pode-se intuir que o processo de identificação territorial participa dos princípios de imaginação, dada a partir dos enunciadores do discurso, como resultado, têm a produção de sombreados, de invisíveis, devido à identidade só existir pela criação imaginária de estereótipos – signos que representam dadas comunidades/grupos. Sendo estes estereótipos analisados por fora, ou seja, pelo olhar do Outro que se compara e que acaba por criar ou formar a sua identificação.

Tal identificação se desenrolará de múltiplas maneiras, seja através dos rituais sagrados que determinado grupo desenvolve em seu território, seja pela forma que cuida da lavoura. Contudo, este olhar é seccionista e, muitas vezes, está carregado de preconceitos, no que diz respeito à crença na existência da superioridade de um perante o Outro, exemplo caro é olhar dos ocidentais – localizados no hemisfério norte – direcionado aos países localizados no hemisfério sul; e também nos olhares, aproximando o exemplo para perto das empirias brasileiras, que grande parte dos moradores da região sudeste direciona tanto para a região nordeste do

país como para as regiões centro-oeste e norte do território nacional.

É construir-se dentro do processo de negação e de supervalorizar-se em detrimento dos Outros. Entrementes, dentro do processo de interação social, acaba-se esquecendo como estas identidades são promíscuas, pois ambas possuem muito umas das outras. Além disso, o ato de negação é dado somente nos olhares generalizantes e artificiais, pois ao aproximar os olhos efetivamente para mais próximo do Outro se perceberá o quanto de igual possuem. Enfim, nos apropriando das palavras de Santos (1997), guardando as proporções, cada localidade, à sua maneira, é o mundo.

Como no caso da construção identitária de vários estados brasileiros, em que o índio, o negro e os outros grupos “minoritários” foram negados ou, em muitos casos, julgados inferiores dentro da construção do processo de identificação, sendo silenciados e colocados numa terceira margem, pois não atendiam aos anseios de uma camada de “privilegiados” que estava se assentando no poder, arquitetando referenciais que os distinguissem destes Outros, clamando por uma camada de “pioneiros” e “desbravadores” que legitimassem suas famílias no poder político e administrativo de uma porção territorial, confeccionando estereótipos para se diferenciarem dos Outros²².

²² Um caso típico da construção de estereótipos para a materialização do processo de identificação encontra-se nos Gaúchos, em que estes procuram se diferenciar e se exaltarem a partir das mais diversas linguagens, como a formação de grupos que se articulam para manter a autopromoção dos mesmos (sobre o assunto ver: HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. In: HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

A invisibilidade, o silenciamento, o colocar numa terceira margem, durante o processo de formação dos estados, contribuem para explicar os atuais conflitos de terra ou outros problemas de cunho social étnico: a título de exemplo, tem-se o caso Mato Grosso do Sul, em que os indígenas reivindicam o direito à terra, para que eles possam garantir o produzir e o reproduzir das suas vidas. Contudo, no discurso oficial, os Índios são silenciados e o exaltado é o direito dos fazendeiros pelas terras, pois são parentes dos pioneiros, dos desbravadores que trouxeram o dito “progresso” que é gozado no hoje.

Frente a uma identificação dada pelos opressores é que a idéia de identidade territorial se forma. Os pioneiros ou os desbravadores adentram e começam a eleger símbolos que ofertem o grau de legitimação das suas práticas de dominação. Sendo que estes símbolos consolidam-se como universais, buscando expressar um todo da camada social que habita determinado território. Mas estes elementos, enaltecidos enquanto de identificação, acabam não expressando todas as significações que o conjunto dos diversos grupos sociais produzia a partir da construção dessa territorialidade. Os diversos grupos sociais que compõem o território elegem elementos outros para se identificar, pois a identificação vai estar assentada naquilo que os “iguais” elegem como próprio ao seu grupo.

Num movimento que venha ao encontro do questionamento destas práticas hegemônicas de identificação, podemos fazer menção à necessidade, tomando emprestadas as palavras de Achugar (2006), do balbucio, elemento que os diferentes grupos sociais, que ocupam o território, utilizaram para expressar suas reais condições de vida cotidiana.

Segundo Achugar (2006, p. 14), “o balbucio é nosso orgulho, nosso capital cultural, nosso discurso raro,

nosso discurso *queer*". Esta frase foi escrita tendo como motivação a necessidade de os povos do sul ou grupos, que foram secularmente marginalizados ou excluídos dentro do grande complexo do sistema-mundo, se colocarem, de escreverem a partir das suas reais condições de vivência. Sendo os balbucios passíveis de serem relacionados com os denominados estudos pós-coloniais (HALL, 2009), em que esta corrente do pensamento busca evidenciar a construção do entendimento dos arranjos organizacionais que se tecem no mundo tendo como mediador da discussão os grupos históricos que secularmente foram marginalizados frente ao projeto colonizador, nas palavras de Hall (2009, p. 106): "Essa renarração desloca a "estória" da modernidade capitalista de seu centramento europeu para suas 'periferias' dispersas em todo o globo [...]".

No entanto, o que a presente discussão leva a crer é que se faz importante a apropriação do balbucio para pensar o processo de identificação territorial, isto para arquitetar um discurso que valorize os Outros que, historicamente, foram silenciados.

Revel (1998), discutindo a questão escalar da história microsocial e da macrosocial, aponta importantes contribuições para cogitar o processo de identificação territorial. O autor assegura que é de grande importância, para os estudos historiográficos, pensar a relação direta entre o micro e o macro, pois o micro está no macro como o macro está no micro. Além do mais, a escala micro pode ser compreendida a partir do momento que os historiadores inserirem os contextos que auxiliaram a formação de determinado fenômeno estudado.

Ao possibilitar uma aproximação analítica, a escala micro permite uma melhor compreensão dos problemas ou mazelas enfrentadas pelo objeto/sujeito

alvo de estudo, coisa que a escala macro não permite por causa do alto grau de generalização, nas palavras de Revel (1998, p. 32):

“A aposta da análise microsocial [...] é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se insere no maior número de contextos diferentes.”

Nesse sentido, a geografia deve fazer uso interpretativo dessa dinâmica escalar para melhor compreender o processo de identificação territorial, visto que, desta maneira, o conceito de identidade pode ser ampliado e enriquecido com as leituras dos fenômenos, idéias e ações que possuem diferentes escalas de manifestação e se inter-relacionam de forma concreta e/ou simbólica no lugar em que o sujeito pensa/vive o mundo.

Diante dessa dinâmica escalar, cabe ao geógrafo procurar ouvir as vozes que foram colocadas numa terceira margem e que, diante disso, são esquecidas durante o processo de identificação territorial, ou seja, encontrar o lugar dos sujeitos e dos símbolos que foram forçados a não ter lugar, aparentando, portanto, não possuírem uma escala física ou imaginária de manifestação no território.

Geralmente esta política de silenciamento do Outro pode ser explicada pelo fato de os ditos pioneiros ou desbravadores terem o desejo de se colocarem no lugar de um Outro civilizado. E este Outro, em que os pioneiros se pautam, são aqueles oriundos das elites brasileiras localizadas nos grandes centros urbanos, como da hoje região sudeste do país ou da atual região sul.

Conquanto, dentro do jogo de escalas, percebe-se que a inter-relação escalar se encontra presente na constituição territorial brasileira, pois os moldes de civilidade que uma camada de “privilegiados” da região sudeste e sul assume é oriunda das formas com que as elites européias se organizaram.

Desta feita, percebe-se que o processo de identificação territorial perpassa por um complexo jogo de escalas, em que, devido ao avanço nos meios tecnológicos de comunicação e de transportes, as informações vão sendo repassadas e isto causa um processo de contínuo embate. Este embate ocorre entre as mais diversas formas culturais de organização espacial, pois as diferentes localidades acabam por receber informações sobre os “diferentes” e, desta maneira, acabam por se apropriar destas informações e ressignificá-las dentro das suas práticas cotidianas.

Frente a este jogo escalar, o processo de identificação territorial vai se consolidando/firmando. Contudo, fica claro que o processo de contato cultural transcende as vontades e os estereótipos arquitetados pelos grupos sociais dominantes que se organizam no território, pois, no momento de contato, os “diferentes” se relacionam e, assim, acaba havendo a inter-relação cultural, em que as diferentes culturas sentirão o estranhamento e a negação perante o Outro. Todavia, após o contato inicial, acontece uma transformação mútua, formando o processo de identificação, um contínuo/processo que se realiza diante do Outro, uma vez que tanto a cultura que chega traz sua territorialidade na “bagagem”, como a que já está continua realizando suas práticas cotidianas. Haesbaert (2002, p. 184) assevera esta afirmação dizendo que:

“Um exemplo analisado por nós em maior detalhe [...] revelou que determinados grupos culturais migrantes podem não apenas entrecruzar sua identidade no confronto com outras culturas, mas também levar sua territorialidade consigo, tentando reproduzi-la nas áreas para onde se dirigem.”

Resultante deste contato tem-se a formação de um processo de identificação híbrida ou de transculturação, um contínuo interagir e se apropriar do Outro para dar legitimidade ao seu Eu. Nesta medida, argumenta-se que, segundo Silva (2000, p. 87):

“[...] o hibridismo – a mistura, a conjunção, o intercurso entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças – coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas.”

Desta feita, o território pode ser pensado como base física que se relaciona com os “diferentes”, permitindo, assim, que os “diferentes”, dentro dos processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização etc., se ajitem e também organizem suas relações socioespaciais. O território assume a função que permite mesclar a base física com as relações socioespaciais na confecção ou na formação identitária. O território é a base física com que os diferentes grupos sociais vão se relacionar para representar as suas simbologias identitárias, construindo símbolos que os representem.

Estas simbologias adentram em direta relação com as outras simbologias que expressam os outros

diferentes dentro do território, como, por exemplo, nas festas da migração japonesa, nas festas nordestinas, italianas, alemãs, ou ainda nas de Santos, como também nos monumentos que enfeitam as cidades – estereótipos que buscam a legitimação do processo de identificação, seja a exaltação do “pioneiro”, como o destaque aos elementos naturais que compõem o território, além de outros referenciais simbólicos, seja uma praça, que homenageia tanto os paraguaios, como os indígenas.

Frente a estas confluências de simbologias, é que a territorialidade vai se organizando e, assim, formando o processo de identificação territorial, que também perpassa pelo processo de identificação social. Aqui a geografia avança em suas análises territoriais, pois o conceito de identidade territorial se torna mais complexo, ao levar em consideração que a identidade territorial vai sendo arquitetada a partir dos interstícios, dos vazios, das fronteiras, uma vez que a:

“[...] fronteira é demarcação imprecisa, vaga. Longe do núcleo, de costas para o território que em princípio lhe diz respeito, a fronteira é poder pulverizado que se questiona mesmo com seus arquitetos e guardiões. O que deveria ser demarcação perceptível mostra-se espaço de transição, lugar de interpenetrações, campo aberto de intersecções”. (HISSA, 2002, p. 35)

Sendo um campo aberto a intersecções, ela faz com que a identidade seja algo em constante transformação e reestruturação. Porque será o local no qual os diferentes irão se confrontar com os outros diferentes e desta interação conflituosa resultará o processo de identificação, em que, como já mencionamos,

haverá uma negociação e desta negociação surgirá uma nova, momentaneamente, identidade territorial. Nesse sentido, se faz importante conceber a fronteira enquanto o local da interpenetração (HISSA, 2002, p. 41), da mistura, do vago e do contínuo fronteirizar.

Desta monta, a identidade será sempre fruto de um momento histórico, espacial, ideológico, econômico, cultural que poderá ofertar o grau de autenticidade ou não a esta identificação. Contudo, é importante aceitar que a identificação não vai ser desenrolada de forma simples, pois é necessário observar os locais em que estão sendo enunciados os estereótipos de identificação. Desta maneira, consegue-se revelar as práticas de silenciamento e, com isso, auxiliar no insurgir da “consciência” dos diferentes grupos, para que se realize um processo de democratização efetivo.

Albuquerque Júnior (2008) corrobora com a presente idéia ao discutir a história regional. Para ele, os historiadores devem assumir posições de perscrutar através e para além do aparente, despindo-se de determinadas concepções de identificação regional, pois o historiador pode tanto confeccionar discursos que produzam a manutenção de uma determinada concepção regional como pode ser o instrumento que auxilia observar a região a partir de outro prisma. Nas palavras de Albuquerque Júnior (2008, p. 67):

“A história pode ser o discurso que fabrica e repõe as grades desta jaula, mesmo flexível, mas pode ser o discurso que nos ajuda a simular e experimentar a possibilidade de vê-la de fora, de seu exterior: um discurso que nos permita dela duvidar e dela se afastar, fazendo desta prisão casebres em ruínas, muros escalavrados e nós, como a lesma, recuperarmos a liberdade de irmos

nus e úmidos, prenes de novas trilhas, permitindo traçarmos novos caminhos brilhantes como a gosma do molusco pantaneiro.”

Com isso, e ressignificando o cogitar de Stavenhagen (2003), acreditamos que o geógrafo, ao analisar a identidade territorial de determinada espacialidade, deva tecer uma teia reflexiva que demonstre, para o seu interlocutor, a complexidade²³ do processo de produção espacial. Stavenhagen (2003) chama a atenção para a necessidade da construção do entendimento do real a partir do diálogo e interação com os diferentes, deve-se promover a “produção” do conhecimento como as redes iucategas, multicoloridas, que servem para muitas coisas, inclusive “para fazer o amor”, nas belas palavras do autor:

“Façamos esforços conjuntos para transformar a linha de cor em um tecido multicultural e multicolor. Como essas redes iucategas multicoloridas e familiares, que servem não para descansar da dura labuta cotidiana, mas também, se assim preferirmos, para sentir a lua e a vida e, inclusive, para fazer o amor.” (STAVENHAGEN, 2003, p. 55)

Leitor, as obras artísticas, por serem produzidas para além ou aquém do fazer científico, apontam para esta perspectiva, tendo em vista que evidenciam as formas com que o indivíduo/autor se utilizou para expressar as

²³ Complexidade de relações sociais (diferentes grupos sociais), políticas, ideológicas, culturais, econômicas etc. que se imbricam durante o processo de formação territorial.

suas opiniões e angústias vivenciadas na sua relação com o território e com a sociedade. Todavia, os artistas escrevem a partir de um ponto de enunciação, que pode ou não estar conjugado com as formas que as elites que hegemonicamente pincelam as características identitárias do território se utilizam como mote de identificação. Tendo ciência deste lócus de enunciação, torna-se claro como a identificação territorial foi se consolidando dentro do jogo de escalas, dos estereótipos e dos silenciamentos²⁴.

Para (não) concluir

A identidade territorial só finda como tal através de seus elementos enaltecidos enquanto típicos/próprios do território, no entanto, os elementos enaltecidos enquanto típicos/próprios do território são o resultado da tessitura de diferentes interesses articulados por lideranças de grupos sociais dominantes. Por ser fruto das articulações dos diferentes grupos sociais que compõem o território, pode-se argüir que a identidade territorial não pode ser entendida como acabada e sim como um processo.

Um contínuo interagir e se fazer frente às diferentes articulações que vão se rivalizando na momentânea hegemonia de poder e conferir características identitárias à espacialidade vivida individualmente e, por conseguinte, socialmente. A identidade territorial daí resultante apresenta-se, em partes, esquizofrênica, devido, muitas vezes, ao fato dos indivíduos que conferem características identitárias ao território buscarem elementos exógenos como fonte de

²⁴ Ver: PINHEIRO (2010).

identificação, ou seja, não se procura referências de localização e orientação na realidade vivida e sim se busca como referências experiências ou espacialidades exógenas as empirias hodiernas.

A partir destas ponderações, pode-se asseverar que a identidade territorial apresenta-se com duas características básicas, quais são: a da parcialidade e a da efemeridade. Parcialidade devido a mesma ser fruto das articulações políticas que assumem a hegemonia para conferir características identitárias ao território. Assim, temos um enaltecer e destacar daquilo que os membros destas articulações políticas querem que seja visualizado e/ou reconhecido e, com isso, produzem o silenciamento, sombreamento, negando aquilo ou aqueles que podem desvirtuar ou pincelar com cores diferentes a pretensa identidade territorial. Como resultado, a efemeridade da identidade territorial se faz presente, devido à identidade territorial participar do contínuo interagir entre os mais diferentes grupos que vão se rivalizando e reivindicando suas características ao território e assim, a identidade territorial nunca vai se apresentar findada. A identidade territorial é fruto dos desejos/sonhos/expectativas/idiosincrasias dos diferentes que se relacionam entre si e com o território, assim, retomando a citação que abre o presente artigo, o que conseguimos abstrair, para as nossas pretensões geográficas, de forma conceitual, é que a identidade territorial não é... ela está sendo... sendo dentro dos mais variados “Eus” e os meus “Outros”.

Bibliografia

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem bocas: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Historia: a arte de inventar o passado*. Bauru-SP: Edusc, 2007.

_____. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. In: *Fronteiras: revista de História / Universidade Federal da Grande Dourados* – v. 10, n. 17. Dourados-MS: UFGD, 2008.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: *Paisagens, textos e identidade*. Org. Roberto Lobato Corrêia e Zeni Rosendahl. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

BRANDÃO, Luis Alberto. *Grafiças de identidade: literatura contemporânea e imaginário nacional*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Lamparina editora/Fale (UFMG), 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1997*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Trad. e org. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. LOVIK, Liv (Org.); Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004, p. 87 - 119.

_____. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HISSA, Casio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PESSOA, Fernando. *O eu profundo e os outros eus*. 20. ed. Domínio Público: Editora Nova Fronteira, S. D.

PINHEIRO, Robinson Santos. *Geografia e literatura: diálogo em torno da construção da identidade territorial sul-mato-grossense*. 2010. 128 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS : 2010.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIKOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

SAHR, Wof-Dietrich. Portos e sertões – reflexões sobre uma geografia cultural a la bresilienne. In: MENDONÇA,

Francisco. et. al. (Orgs.). *Espaço e tempo: complexidade e desafio do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba, PR.: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. p. 261 – 288.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: UNESP, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; et. al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77 – 116.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Cultos, incultos e ocultos: as novas identidades latino-americano. In: CANCLINI, Nestor Garcia (Org.). *Culturas da Ibero-América: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento*. Trad. Ana Venite Fuzato. São Paulo: Moderna, 2003.

VIDAL e SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: UFG, 1997.

WOODWARD, Kathyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Trad. e org. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

– TERRITÓRIO: ESPECULAÇÕES SOBRE O CONCEITO²⁵ –

Elias Coimbra

elias_coimbra@yahoo.com.br

I – Uma linha reta

Você pode escrever uma carta pra mim. Pode começar dizendo: “Meu caro”, depois pode me contar quanta saudade guardaste no peito – essas coisas que dizemos como se chorássemos.

Te conhecendo como conheço – e nem faz tanto tempo – eu diria que você não sente, absolutamente, uma linha de toda a carta; uma palavra – para ser mais franco. Tenho essa onisciência porque inventei você. Chamo-te: Fulana. A única justificativa de tua existência é o início deste texto. Ou seja: você só existe para exemplificar. Quando eu terminar aqui, você irá desaparecer por completo – mesmo quem ler isto que estou escrevendo agora, esquecerá que você me escreveu uma carta em hipótese; na qual mentia sobre seus sentimentos porque queria, apenas, ser gentil.

²⁵ O título deste texto carrega em si a convicção de seu autor, ou seja, assim como Narciso não pode se libertar da própria imagem – metáfora extremada do solipsismo – e o fez irracionalmente, nossas idiosincrasias **sempre** interferem no nosso conhecimento, funcionando como um filtro de densidade, digamos, “especular” (menor ou maior, conforme o caso), **sempre** presente. Retornarei a esse ponto no texto mesmo.

Entretanto, como é possível falar a “verdade” de alguma coisa? Qual é a verdade dessa ponta quebrada de lápis que seguro na mão? Como é possível que eu vos comunique isso? Mas – ouçam – não há ponta de lápis; poderia haver, mas não há. Como a Fulana e essa ponta agora, eu poderia ir inventando cada fato e quando eu fosse capaz de tornar perturbadoramente difundida a crença nas minhas palavras, eu me elevaria à estatura divina de um Demiurgo²⁶. Criando fatos sociais²⁷, quais fossem essas crenças, eu estaria criando realidades. Não mais (quem dera, nunca mais) A Realidade – essa tara hierárquica – e sim, as realidades.²⁸

“Poema em linha reta” (PESSOA, 2008, p. 394-396) é um texto de Fernando Pessoa. Perdão! Um texto de Álvaro de Campos. Era um de seus vários heterônimos:

“É pois numa fundamentação existencial, além dum jogo dialético logo evidente, que se pode dar aos símbolos em maiúsculas que desdobram os nomes em que se desdobra: Pessoa; Caeiro; Reis; Campos; Vicente Guedes; Bernardo Soares; Antônio Moura; outros ainda.” (Galhoz, 2008, p. 17)

Assim como Fulana mentiu por gentileza, o poema nos fala sobre performance²⁹, sobre máscaras

²⁶ Segundo Platão, o Criador do mundo físico, pois o espiritual é anterior; algo como nosso Javé.

²⁷ Lembremos que o Fato Social é objetivo, logo real; embora ele não tenha materialidade (BERGER e LUCKMANN, 174, p. 123).

²⁸ Como nos delírios paranóicos, ou no pensamento mito-poético.

²⁹ Na definição da Razão Cínica, de Peter Sloterdijk, a performance perde seu caráter ideológico segundo o qual a ação social tem, eventualmente, uma motivação ‘encoberta’ por alguma justificação

sociais. É uma espécie de confissão na qual, o Eu Poético, faz uma distinção entre si mesmo e os outros homens (ele os chama “príncipes”). É uma distinção baseada no fato de que ele se admite vil, covarde, mesquinho *pari passu* a constatação de que não encontra par no mundo; de que os homens são todos nobres, todos virtuosos. Não mais Álvaro de Campos, porém um Eu poético pessoano (impessoal), do qual o heterônimo é um mero eco: “[...] Os heterônimos não são narradores independentes [...], mas ecos [...], da voz interior que faz de Fernando Pessoa-cidadão também um poeta.” (MOISÉS, 1989, p. 137).

Este não é o fórum mais adequado ao meu texto. Não se trata de crítica literária e, portanto, a única idéia que gostaria de reter é essa “linha reta”. Pensei também num dito popular: “Deus escreve certo por linhas tortas!” Deus aqui sou eu. É disso que eu falava quando referi uma atividade demiúrgica. Por outro lado, Deus – considerando que ele existe como fato social – é ubíquo enquanto eu sou “pontual”. Mas a linha reta me atravessa e nisso eu me refiro aos textos de Clarice Lispector.

Não mais a presença do sujeito, porém a estrutura. Ou melhor, a sujeitabilidade da estrutura contra a estruturalidade da biografia; um espaço em detrimento de um tempo.

No Fernando-Pessoa/Álvaro-de-Campos a biografia como estrutura temporal, representação da História como lugar do homem e obra do homem o qual, imagem de Deus, é também seu construtor (da História), seu arquiteto³⁰. Na Clarice Lispector a estrutura de tópicos

mais – digamos – tradicional e adquire uma certa ‘futilidade’: “O cínico vive da discordância entre os princípios proclamados e a prática – toda sua ‘sabedoria’ consiste em legitimar a distância entre eles.” (ŽIŽEK, 1992, p. 60).

³⁰ Numa avaliação muito interessante, Karl Popper divide o Historicismo (tendência das ciências humanas presente, sobretudo,

(conteúdos) exaustiva que reproduz os sujeitos como se o homem (sujeito) fosse um produto do meio. Irônico é constatar, no caso biográfico, que os heterônimos (os três principais) são filhos uns dos outros e, tratando-se de conteúdos fonéticos, ou seja, tendo nos sons sua materialidade, a genética, nesse caso, se justifica pela existência (repetição) dos fonemas do progenitor (nome) no corpo (sonoro) do descendente:

“A assinatura do mestre *Ca – eir – o* entra, com duas metáteses (*ir – ri* e *eir – rei*), no nome e no sobrenome ‘ajustados’ para designar o discípulo Ricardo Reis, e dentre as onze letras desse achado onomástico, nove (isto é, todas exceto a consoante final dos dois temas) reproduzem as de CAEIRO. [...] No nível antroponímico, esta ‘derivação’ dá aos dois nomes, *Alberto* e *Álvaro*, assim como aos dois sobrenomes, *Caeiro* e *Campos*, o mesmo par de letras iniciais, enquanto que o nome do discípulo, *Álvaro*, termina pela mesma sílaba do sobrenome do mestre, *Caeiro*.” (JAKOBSON, 1978, p. 128-129).

A linha reta (que me atravessa) seria, pois a progressão geométrica³¹ cuja razão pode ser, por exemplo,

no séc. XIX em “fatalista” e “ativista”, de acordo com a crença no papel do homem, na História. Para os ativistas, a História é obra do Homem (como na minha referência irônica ao “arquiteto”), enquanto que para os fatalistas, a História tem sua própria lógica. (POPPER, 1980, p. 32-34).

³¹ “[...] uma progressão geométrica é aquela em que cada termo é igual ao anterior multiplicado pela razão, assim 1, 2, 4, 8, 16... é uma PG de razão 2.” (CONTADOR, P. R. M. *Matemática uma breve história*. 2. Ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2007. Vol. 3. P. 484).

o homem diante do escândalo da morte (TREVISAN, 1987, p. 32); ou seja, a constante que testemunha a estrutura. Trata-se da estrutura do sujeito, ou melhor, do jogo onde a participação assegura o posto de sujeito – assim na arte como na vida?

Repito: sou “pontual”. Uma definição de linha é um ponto em movimento. Quero que fiquem atentos a isso: sou de uma substância aqui, no texto, diferente daquela outra que (eventualmente) consideramos física. Como na citação acima um nome é composto com a substância sonora do outro nome, não sou feito do pó da terra e não vou voltar para ele.

Minha razão não é necessariamente a mesma da progressão geométrica contida na obra de Clarice. Aliás, o centro (a metafísica) é o que menos importa. Sabemos agora que este “eu”, que este “escrevo” e que Fulana são o movimento do cavalo, ou o da torre, ou o da rainha etc; e sabemos que as peças podem ser substituídas por tampinhas de garrafa. Ah, claro! Tem um certo “você” também. Mais uma coisa: Fulana não terminou sua carta com um ponto final. Pensei nisso como um indício.

II – “O horror! O horror!”

A chama de uma vela num poema nunca se apaga, por exemplo. É verdade que o ideal da mimesis, da poesia clássica é quase metade de todas as preocupações criadoras – se considerarmos a história da literatura ocidental; (talvez mais, talvez menos). Por outro lado, deve ser uma simplificação/tipificação exagerada, mas, ainda assim, essa literatura (a ocidental) girou entorno da imitação da realidade, nas palavras de Segismundo Spina (1967, p. 91): “[...] a verdade é o fundamento de toda ficção.”

De Aristóteles, Platão e Horácio até Escalígero (entre outros, já no Renascimento), o conceito de verdade como função da estética literária se manteve, mais ou menos, inalterado (SPINA, 1967), onde quer que o Classicismo sobrevivesse. O que me leva de volta à Fulana e à ponta de lápis quebrada.

Naturalmente a verdade, para Platão, era a Idéia (*eidos*), ou seja, a permanência do que é essencial na raiz das aparências.³² Isso é o mesmo que dizer que ela, a verdade, é imaterial, de forma que a verdade e a realidade não teriam tanta correspondência como nos é óbvio pensar. Certamente isso é reflexo de um juízo deontológico acerca de conteúdos ontológicos:

“Quando Platão com seu conceito da *kalokagathia* ensinava que são da mesma essência o Belo Absoluto, o Bem Absoluto e a Verdade Absoluta, e que estas categorias são indissociáveis e atendem às mais profundas e legítimas aspirações do homem, vimos desde logo a arte comprometida pela atividade ética.” (SPINA, 1967, p. 72)

A verdade agora é outra. Se a imitação (*mímesis*) ainda fosse o compromisso do poeta, ele imitaria a vela que se apaga. De qualquer forma, a única coisa real, para

³² Segundo se depreende da leitura que M. Heidegger fez do “Mito da Caverna” (Platons Lehre der Wahrheit. In: *Wegmarken*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1976, pp. 203-238).

não falar mais em verdadeiro ou falso, num texto, é ele mesmo; o resto é convenção³³:

“A estrutura de um texto qualquer, ficcional ou não, de valor estético ou não, compõe-se de uma série de planos, dos quais o único real, sensivelmente dado, é o dos sinais tipográficos impressos no papel.” (ROSENFELD, 2004, p.10)

Ainda assim, essa irrealidade tem o estranho dom de parecer real; de, diante dos olhos do sujeito, deixá-lo esquecer que ela é quem o olha – de dentro de si mesma. Talvez mesmo, o fato de que uma das características da linguagem é ficar “escondida” – para que o sujeito, fruto dela, creia-se como sendo ela mesma – corrobore com isso.³⁴

As últimas palavras do Sr. Kurtz foram: “O horror! O horror!” (Conrad, 1984, p. 111). Depois T. S. Eliot escreve “The Hollow Men”, na epígrafe do qual (as primeiras palavras) se lê: “Mistah Kurtz – he dead”³⁵. Não, ele não morreu. Em “Apocalypse Now”, Marlon Brando, no papel do Sr. Kurtz, recita o mesmo poema de Eliot. Para não esquecer a fala daquela personagem (Dennis Hopper era o ator), fala essa colhida na vasta

³³ No sentido mesmo da linguagem e, porque não dizer, de um jogo de xadrez, uma vez que Saussure compara a linguagem a tal jogo (Teixeira, E. N. *Metáforas para linguagem no Curso de Saussure*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação de Mestrado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

³⁴ Em Lacan: “O *cogito* filosófico está no foco dessa miragem que torna o homem moderno tão seguro de si em suas incertezas sobre si mesmo; [...] Eu penso onde não sou, logo eu sou onde não penso.” (DOSSE, 1993, p. 132).

³⁵ *The waste land and other poems*. Selection and introduction by Helen Hennessy Vendler. New York: Signet Classic, 1998. P. 60.

retórica do Sr. Kurtz (M. Brando): “Sabia que *if* está no meio da palavra *life*.”³⁶

A plenitude do sujeito (ao contrário do esvaziamento advogado por Eliot), ou melhor, a estrutura-sujeitabilidade presente nesse caleidoscópio (parágrafo anterior) põe o homem no centro; embora não, necessariamente, o sujeito. Em todo caso, seja ou não uma forma de antropocentrismo, o discurso sai do sujeito e se destina a sempre retornar, ao qual sempre se atribui o predicado: “ele é necessariamente promovido à dignidade de herói da mensagem logo que assume o papel de sujeito dela”. (JAKOBSON, 1973, p. 106).

Mas – e isso é o mais importante – a língua, assim como a sociedade, é um sistema: “Para Durkheim, assim como para A. Comte, a sociedade constitui um todo irreduzível à soma das partes.” (DOSSE, 1993, p. 34). Nisso o sujeito ganha identidade. E, como o poema de Álvaro de Campos exemplifica a maneira mais dramática de identificação, ou seja, o estranhamento³⁷, talvez aqui,

³⁶ O filme, de 1979, é dirigido por Francis Ford Coppola e com roteiro de John Milius... Melhor vocês lerem isso: “A viagem de Marlow rio acima em busca do lendário Kurtz permite, no livro de Conrad, múltiplas leituras: a religiosa, a política, a psicológica etc. Coppola, no seu *Apocalypse Now*, transplantou a ação do Congo para o Mekong (Eliot teria gostado do trocadilho), para um Vietnã corroído pela guerra; transformou Marlow no capitão Willard dos serviços especiais, encarregado de encontrar e matar Kurtz; [...]. É mais ou menos essa a atmosfera que Conrad evoca em *O Coração das Trevas*, mostrando homens e fatos nebulosos que espelham dor e morte pelos quatro cantos da Terra.” (Roberto Muggiati no Prefácio a CONRAD, 1984. P. 9).

³⁷ Assim como a singularidade do Eu Poético se mostra a ele mesmo, mais explícita, lá no exemplo do “Poema em linha reta”, por causa do confronto com os Outros. O estranhamento é a outra effigie, junto com a identificação, do auto reconhecimento: “A estrutura estranha (*uncanny*) da diferença cultural aproxima-se da concepção de Lévi-

também, um Eu possa surgir a partir do fato de que algumas coisas ele (o Eu) não diz, ou melhor: quase todas; assim como Marlow (o protagonista do livro de Conrad), procurar na voz de Kurtz, suas palavras e perder a chance de se encontrar (BHABHA, 2007, p. 178).

Risoma, Agenciamento, Corpo Sem Órgãos – nos diriam Deleuze e Guattari. O livro é tudo isso:

“Um livro não tem objeto nem sujeito; é feito de matérias diferentemente formadas, de datas e velocidades muito diferentes. Desde que se atribui um livro a um sujeito, negligencia-se este trabalho das matérias e a exterioridade de suas correlações. Fabrica-se um bom Deus para movimentos geológicos. Num livro, como em qualquer coisa, há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação.” (Deleuze e Guattari, 1995/a, p.11)

É isso, enfim, a justificativa daquele parágrafo caleidoscópico em que falo do “Coração das Trevas”: um livro de Conrad, depois um filme de Coppola e mais um poema de Eliot. Meu texto (o presente) onde a única coisa concreta é o papel, a tinta e o som dos fonemas na boca de um leitor hipotético: um certo Você.

Quem é esse Eu? E esses nomes: Eliot, Coppola, Conrad, Fulana? Quantos textos cruzam este aqui e, pior, quantos textos ligados (assim como este aqui) ao mesmo

Strauss do ‘inconsciente como supridor do caráter comum e específico de fatos sociais... não por abrigar nossos eus mais secretos, mas porque nos possibilita coincidir com formas de atividade que são ao mesmo tempo nossas e outras.’” (BHABHA, 2007, p. 228-229).

ponto: “Coração das Trevas”/”Apocalypse Now”? E salas de cinema e sonhos com a Guerra do Vietnã no Vietnã de hoje em dia, sob a música do Bob Dylan (“Blowing in the Wind”), por exemplo, ou algum Heavy Metal mediocre no fundo do trinado das Ak-47s³⁸? Isso também é território, é uma rede onde o tempo parece contingente e o espaço se “desmancha no ar”.

III – Eu concludo

Se Fulana não colocou um ponto final em sua carta, ou se esse Eu que mexe as cordinhas dela não o fez, é porque não pôde. Em “Mil platôs”, seus autores (duas outras “personagens”) contam a verdadeira história, que é a da contingência, porque o livro é um sistema aberto. Contraditoriamente a isso, na Teoria Geral dos Sistemas os sistemas fechados tendem à desordem (contingência)³⁹. Na verdade não há contradição porque o fluxo a que estou me referindo não é material, é o tempo⁴⁰. Eu não

³⁸ Como é chamado o fuzil Avtomat Kalashnikov 1947.

³⁹ “O segundo princípio [da termodinâmica] pode ser formulado de maneiras diferentes, uma delas sendo a que diz que a entropia é uma medida da probabilidade e assim um sistema fechado tende para o estado de distribuição mais provável. A distribuição mais provável, porém, é uma mistura, por exemplo, de contas de vidro vermelhas e azuis ou de moléculas com velocidades diferentes, em um estado de completa desordem.” (BERTALANFFY, 1973, p. 63).

⁴⁰ Não resisti a esta citação: “De máquina, mas movida / por uma força qualquer / que a move passando nela, / regular, sem decrescer: / quem sabe se algum monjolo / ou antiga roda de água / que vai rodando, passiva, / graças a um fluido que a passa; / que fluido é ninguém vê: / da água não mostra os senões: / além de igual, é contínuo, / sem marés, sem estações. / E porque tampouco cabe, / por isso, pensar que é o vento, / há de ser um outro fluido / que a move: quem sabe, o tempo.” (MELO NETO, J. C. *Morte e vida*

estou falando do que é concreto no livro – ao contrário, ridicularizei esse aspecto!

Dizer que os fluxos materiais tendem aos caos, num sistema fechado, é também dizer que a organização acaba. Por outro lado, Bertalanffy (1973) explica que um sistema (aberto) como o organismo vivo, importa entropia negativa e vai “adiando” sua desintegração. Além de que, informação e energia não coincidem (*idem, ibidem*, p. 66-68). No caso do livro, a organização perdura; no plano da informação. Ele continua produzindo significação. Máquina de signos, a progressão geométrica cuja razão é que importa, ou no exemplo do jogo de xadrez: os movimentos das peças e não elas mesmas.

Entretanto isso só é possível dentro das circunstâncias, porque o livro, em si, é apenas uma porção de papel tingido com pequenos desenhos de tinta:

“Em primeiro lugar, é necessário fazer intervir as circunstâncias [...]. Alguém pode gritar ‘decreto a mobilização geral’; esta será uma ação de infantilidade ou demência, e não um ato de enunciação, se não existir uma variável efetuada que dê o direito de enunciar.” (DELEUZE & GUATTARI, 1995/b, p. 20-21)

No que a circunstância crucial é o leitor. Outro ponto da rede, ele – que pode ser, potencialmente, qualquer pessoa – ocupa a posição chave nessa anatomia política⁴¹, pois

severina e outros poemas em voz alta. 13. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980. P.18).

⁴¹ “Ao nível teórico, Bentham define outra maneira de analisar o corpo social e as relações de poder que o atravessam; em termos de prática, ele define um processo de subordinação dos corpos e das forças que a utilidade do poder deve majorar fazendo a economia do Príncipe. O panoptismo é o princípio geral de uma nova ‘anatomia

sua alma garante a ligação entre o “céu” a “terra”; o mundo abstrato (do livro) e o mundo concreto (o “verdadeiro” mundo).

Nesse território radial, pelo fato de haver uma circulação de informação (imaterial), ou seja, uma “comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 200-201) o espaço não é mais necessário. Na verdade, ele não compõe uma parte desse território-livro, calcado no Espaço Imaginário; embora os reflexos no espaço (*stricto sensu*) sejam indiscutíveis. Aliás, enquanto uma *media*⁴², entre tantas outras, o livro-exemplo: “O coração das trevas”, conseguiu determinar a formação de outros territórios, não necessariamente na mesma *media*, os quais refletiram, espacialmente, mais ou menos intensamente que o próprio livro de Conrad (por exemplo, o filme de Coppola).

Enfim, aberto que é, esse sistema, pode, ao longo do tempo, se ver quase que totalmente, ressignificado: “A rede é proteiforme, móvel, inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo [...]” (*idem, ibidem*, p. 204). E por esse motivo, não pode ser **completamente explicado ou entendido**. O leitor, no caso deste texto aqui, deste território, está, ainda agora, nas últimas linhas, em pleno “trabalho de campo” e não deve ter a certeza de ter compreendido tudo, do mesmo modo que o autor não tem a arrogância de ter explicado tudo. Para além da ideologia da clareza, o discurso não é propriedade de ninguém e texto algum pode pretender encerrá-lo.

política’ cujo objeto e fim não são a relação de soberania mas as relações de disciplina.” (FOUCAULT, 2004, p. 172).

⁴² Preferi o vocábulo latino para o termo “mídia”, que quer dizer: “meio”, uma vez que, penso eu, em nosso imaginário, já está indefectivelmente associado a uma das várias mídias: a televisão.

O paralelo aqui é o Poder. Assim como o discurso, ele não é **do** soberano, mas sim um jogo:

“Em suma, ninguém pode lucrar com o jogo, nem mesmo os que o dominam, se se envolver no jogo, sem se deixar levar por ele: significa isto que não haveria jogo sem a crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes e que, sendo produzidas pelo jogo, dependem da sua posição no jogo e, mais exatamente, do seu poder sobre os títulos objectivados [süz] do capital específico – precisamente aquilo que o rei controla e manipula jogando com a margem que o jogo lhe deixa.” (BOURDIEU, 1998, p. 85-86)

E porque esse Eu não controla o jogo, Fulana, ele e o ilustre Leitor têm o mesmo estatuto lúdico. Talvez Fulana possa reclamar uma resposta, um dia, no sonho de uma interpretação⁴³.

IV – Referências Bibliográficas

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1974.

BERTALANFFY, L. *Teoria geral dos sistemas*. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973.

⁴³ Metáfora que construí levando em conta o livro de Freud “A interpretação dos sonhos” (*Die Traumdeutung*). Estou tentando expressar os devaneios que certas leituras nos infringem. Digo: não poderia uma moça educada, lendo este meu texto aqui, identificar-se a ponto de se deitar em sua cama, ao cair da tarde, e imaginar Fulana escrevendo sua própria carta, talvez sua própria estória?!

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CONRAD, J. *O coração das trevas*. Trad. Marcos Santarrita. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro : Editora 34, 1995/a.

_____. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1995/b.

DOSSE, F. *História do estruturalismo: o campo do signo*. Vol. 1. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. 29. Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

GALHOZ, M. A. Introdução geral. In: PESSOA, F. *O eu profundo e outros eus*. [Seleção: Afrânio Coutinho]. Rio de Janeiro: PocketOuro, 2008.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. 6. Ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. Os oxímoros dialéticos de Fernando Pessoa. In: **Textos Selecionados**: Saussure, Jakobson, Hjelmslev, Chomsky. Trad. Carlos Vogt, J. Mattoso Câmara Jr., Haroldo de Campos, Francisco Achcar, José Teixeira Coelho Neto, Armando Mora D'Oliveira. Coleção Os Pensadores. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MOISÉS, M. *A criação literária: poesia*. 11. Ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

PESSOA, F. *O eu profundo e outros eus*. [Seleção: Afrânio Coutinho]. Rio de Janeiro: PocketOuro, 2008.

POPPER, K. *A miséria do historicismo*. Trad. Octany S. da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Edusp, 1980.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROSENFELD, A. Literatura e personagem. In: CÂNDIDO, A. ET AL. *A personagem de ficção*. 10. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. Coleção Debates n. 1.

SPINA, S. *Introdução à poética clássica*. São Paulo: Editôra Franciscana, 1967.

TREVIZAN, Z. *A reta artística de Clarice Lispector*. São Paulo: Pannartz, 1987.

ŽIŽEK, S. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
